

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAURISTON DE ARAÚJO CARVALHO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO
SÃO FRANCISCO NA IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA**

VITÓRIA

2015

LAURISTON DE ARAÚJO CARVALHO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO NA IMPRENSA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Cristina Smith Menandro.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C331r Carvalho, Lauriston de Araújo, 1988-
Representações sociais da transposição do rio São
Francisco na imprensa escrita brasileira / Lauriston de Araújo
Carvalho. – 2016.
107 f. : il.

Orientador: Maria Cristina Smith Menandro.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Representações sociais. 2. Imprensa. 3. Jornais
brasileiros. 4. Desvio de águas - São Francisco, Rio, Bacia. 5.
São Francisco, Rio, Bacia. I. Menandro, Maria Cristina Smith,
1962-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

As representações sociais da transposição do rio São Francisco na
imprensa escrita brasileira

LAURISTON DE ARAÚJO CARVALHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 31 de março de 2015, por:

maria cristina smith menandro

Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro – Orientadora – UFES

Mariana Bonomo

Profa. Dra. Mariana Bonomo - UFES

Daniel Espindula

Prof. Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula - UNIVASF

*“Quando eu vim do sertão,
seu môço, do meu Bodocó,
A malota era um saco,
e o cadeado era um nó,
Só trazia a coragem e a cara,
Viajando num pau-de-arara,
Eu penei, mas aqui cheguei...”*

(Luiz Gonzaga e Guio de Moraes. Música: Pau de Arara)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo apoio incondicional às minhas escolhas, mesmo que não concordando com todas elas. Sem vocês nada disso seria possível;

Ao meu Pai, Otávio Alves de Carvalho, pelos esclarecimentos e discussões sobre a transposição do rio São Francisco, fundamentais para o trabalho aqui proposto;

Aos meus mais que amigos: Raíza Alapenha, Lennon, Valmir, Valéria, Ludmila, José Espíndula, Ziel, Júlia Ferraz, Artur Luís, Priscila Macêdo, Suzyeline, Larissa Alves, Yasmin Viana, Lorena Nogueira, Tarciana, Lara Menezes, Alana Vanessa, Rodrigo Pereira (mago)... aos grupos do Whatsapp, Os Infiltrados, Clube do Bolinha, Osborne com Moscatel, Migs, Grupo da Lôra, Geo Petrolina, e todos os outros que não foram citados, mas que facilitaram a minha estadia em Vitória-ES e contribuíram para que eu pudesse trilhar mais esse caminho na minha vida. Quem tem amigos tem tudo!

Ao Professor, Doutor, e amigo, Daniel Henrique Pereira Espíndula, pelas orientações profissionais e conselhos que só um amigo de verdade pode dar;

Ao Laboratório de Psicologia Social (Lapso) da UNIVASF, ou mesmo, Pesquisa Boa, G.P.S...pela cumplicidade, pela antiga e frequente partilha de vitórias e frustrações da nossa vida profissional tão difícil. Estamos juntos sempre;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFES pelo acolhimento de todas as formas. Mais especificamente à Mírian e Lúcia. Muito obrigado;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela disponibilidade da bolsa. Sem o apoio financeiro nada disso seria possível;

À minha orientadora Dr.^a Maria Cristina Smith Menandro pela paciência, por entender meus anseios de pesquisa e estar disposta a enfrentar comigo essa empreitada;

Por fim, à Deus, à Nossa Senhora da Penha, ao Nosso Senhor do Bonfim, e todos os seres celestiais que eu tenho certeza que estão comigo. Sem vocês, decididamente, nada disso seria possível. Meu muito obrigado a todos vocês.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1.INTRODUÇÃO	12
1.1. A Transposição do Rio São Francisco na época do império até os anos 2000.....	17
1.2. As Representações Sociais e os Sistemas de Comunicação.....	22
2.OBJETIVOS	33
2.1.1 Objetivo Geral.....	33
2.1.2 Objetivos Específicos.....	33
3. MÉTODO	34
3.1. Estudo 01 – Jornal da Paraíba	34
3.1.1. Fonte de dados.....	34
3.1.2. Procedimento de coleta dos dados.....	35
3.1.3. Proposta de análise dos dados.....	35
3.2. Estudo 02 – Jornal Estado de Minas	36
3.2.1. Fonte de dados.....	36
3.2.2. Procedimento de coleta dos dados.....	38
3.2.3. Proposta de análise dos dados.....	38
4. RESULTADOS – Estudo 01 (Jornal da Paraíba)	38
4.1. Figura 01 –.....	38

4.2. Figura 02 – Dendrograma.....	42
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – Estudo 01 (Jornal da Paraíba).....	61
6. RESULTADOS – Estudo 02 (Jornal Estado de Minas).....	70
6.1. Figura 03 –.....	70
6.2. Figura 04 – Dendrograma.....	74
7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – <i>Estudo 02 (Jornal Estado de Minas)</i>.....	87
8. CONCLUSÃO.....	95
9.REFERÊNCIAS.....	98
10.ANEXO.....	104
10.1. Anexo 01.....	105
10.2. Anexo 02.....	106

i. RESUMO.

Na década iniciada no ano 2000 a transposição das águas do rio São Francisco surge como política pública no cenário político brasileiro. Contudo, o projeto foi marcado por diversas polêmicas e a mídia nacional acompanhou todo o seu processo de idealização, ajudando a construir no imaginário social esse objeto social, que reformulado ao passo dos anos se torna inédito para muitos. Visando entender como a mídia compreendeu o fenômeno da transposição, a presente pesquisa objetivou conhecer as representações sociais da transposição do rio São Francisco no jornal Estado de Minas e Jornal da Paraíba nos anos entre 1999 e 2008. A coleta foi realizada via internet nos sites dos próprios jornais. No campo de busca foram utilizados os seguintes descritores: transposição águas rio São Francisco; transposição; rio São Francisco. No Jornal da Paraíba foram coletadas 1346 reportagens e no Jornal Estado de Minas foram coletadas 316, perfazendo um total de 1662 reportagens. Para o tratamento dos dados foi utilizado o software Alceste. A partir dos resultados percebe-se que os discursos contra e favor do projeto da transposição estiveram presentes desde o início do governo FHC (1999-2002) até o final do governo Lula (2003-2008) em ambos os jornais. Dessa forma, os jornais possuem elementos representacionais sobre a transposição semelhantes e discrepantes. Nos discursos contra o projeto, o estado degradado do rio São Francisco objetivado na figura de uma pessoa doente, necessitando de cuidados, aparece nos dois jornais. Contudo, o jornal Estado de Minas acrescenta outros elementos de ancoragem, como o estado do rio em épocas passadas e o secular histórico de obras públicas inconclusas no semiárido nordestino, o que demarca nesse momento uma oposição ao projeto. Em relação aos discursos a favor do projeto, as representações se assemelham no que se refere o desenvolvimento econômico do semiárido nordestino em consequência do projeto da transposição. No entanto, o jornal da Paraíba ressalta elementos representacionais que

se ancoram nos efeitos da estiagem, traduzido no fenômeno da seca e objetivados na imagem do nordestino, pobre, sedento de água e retirante, para fundamentar sua posição a favor do projeto. Assim, é possível afirmar que a posição do jornal (doador ou receptor das águas) em relação ao fenômeno transposição, determina os conteúdos e as formas das reportagens, orientando representações sociais sobre esse fenômeno. Dito isto, contribuições teóricas acerca dos sistemas de comunicação são sugeridas no decorrer do estudo.

Palavras chave: Representações Sociais; Transposição; Imprensa; Mídia; Rio São Francisco;

ii. ABSTRACT.

In the decade started in 2000 the transposition of the San Francisco river comes as public policy in the Brazilian political scene. However, the project was marked by several controversies and the national media followed all his idealization process, helping to build the social object, which reworked the passage of the years becomes a first for many. Aiming to understand how the media understood the transposition phenomenon, this research aimed to identify the social representations of the transposition of the São Francisco River in the newspaper Estado de Minas and Jornal da Paraíba in the years between 1999 and 2008. Data collection was conducted by way of the Internet on the websites of newspapers themselves. In the search field the following keywords were used: transposition waters São Francisco River; transposition; São Francisco River. Data were analyzed using the Alceste software program. The results show us that the speeches against and for the transposition project were present from the beginning of the FHC administration (1999-2002) by the end of Lula's government (2003-2008) in both newspapers. Therefore, newspapers have representational elements on the similar and differing of the transposition. In speeches against the project, the poor state of the São Francisco river objectified in the figure of a sick person in need of care, appears in both newspapers. Nevertheless, the Estado de Minas newspaper adds other anchoring elements such as the state of the river in times past and the history of secular unfinished public works in the semi-arid northeast, which demarcates at that time an opposition to the project. In the speeches for the project, the representations are similar as regards the economic development of the semi-arid northeast as a result of the implementation of the project. In the speeches for the project, the representations are similar as economic development of the semi-arid northeast as a result of the transposition project. However, the Jornal da Paraíba emphasizes representational elements that are anchored in the effects of drought,

translated in the drought phenomenon and objectified in the image of the Northeast, poor, thirsty for water and migrant, to support its position in favor of the project. Thus, we can say that the newspaper's position (donor or receiver of water) over the transposition phenomenon, determines the content and form of reports, guiding social representations of this phenomenon. That said, theoretical contributions about the communication systems are suggested during the study.

Keywords: Social representation, Transposition, Press, Media; São Francisco river,

1. INTRODUÇÃO.

Nos anos iniciais da década de 2000 ocorreu a transição do governo iniciado em 1998 sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - à época em seu segundo mandato - para o primeiro mandato de governo sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (LULA). Tal cenário, a exemplo de transições de governos anteriores, propiciou o surgimento de expectativas em milhares de brasileiros a respeito da possibilidade de avanços, principalmente no que diz respeito às questões sociais e econômicas.

Nesse cenário, talvez o Nordeste brasileiro tenha vivido mais veementemente a esperança desse novo Brasil, visto que naquele momento apareceria novamente na cena nacional um presidente daquela região. Como resultado dessa e outras razões, o projeto da transposição das águas do rio São Francisco surge nessa década como política pública que proporcionaria a “salvação do Nordeste”, com a extinção do problema da escassez de água e a promoção do desenvolvimento econômico a partir da irrigação milhares hectares de terra (Agência Senado, 2012).

Remontando à época do império, muitas foram as tentativas de viabilizar o projeto de transposição do rio São Francisco, que devido a variadas questões (econômicas, ambientais e políticas, entre outras), não conseguiram sair do âmbito da vontade pessoal dos presidentes. Ao lançarmos um olhar mais sensível sobre sua história, o projeto acompanha a secular problemática da seca no Nordeste, tornando-o uma demanda nacional (Meiron, 2009; Castro, 2011).

O clima de baixo índice pluviométrico, o mal gerenciamento das águas e as constantes estiagens foram e continuam sendo responsáveis por constantes calamidades na região Nordeste do Brasil (Rebolças, 1997). Levando-se em consideração a quantidade de vítimas fatais e o deslocamento de populações inteiras

para outros lugares, talvez o fenômeno cíclico das estiagens tenha sido e ainda seja a causa natural mais arrasadora do semiárido nordestino de que se tem conhecimento.

Do que se tem registro, as estiagens de 1877-1879 e 1979 -1983 consideradas as mais severas, fizeram milhares de vítimas fatais e provocaram a transformação de muitos agricultores em pobres retirantes (Villa, 2000 citado por DNOCS, 2009). Somando o número de vítimas nas duas estiagens estima-se que o quantitativo de mortes chega a quatro milhões e a imposição da migração de outros 700 mil para as capitais e centros urbanos.

O mais grave é perceber que mais de um século depois da primeira data acima indicada, as estiagens ainda provocam grandes preocupações no Nordeste do Brasil, revelando o pouco que se fez para remediar os seus efeitos. No ano de 2013 a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou uma nota com o título “Pior seca dos últimos 50 anos no Nordeste brasileiro”, afirmando que naquele ano o Nordeste brasileiro atravessou mais uma estiagem que afetou diretamente cerca de 1.400 municípios com mortes e novamente a migração de tantos outros.

Além disso, percebe-se nos últimos anos que a escassez de água em razão das estiagens cada vez mais se manifesta em outras regiões do país tornando-se uma problemática nacional. Segundo o jornal Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, 19/03/2014), as poucas chuvas no estado de São Paulo devido a uma estiagem comprometeram o abastecimento hídrico de 8,8 milhões de pessoas pelo sistema Cantareira, fazendo com que o governo do estado de São Paulo juntamente ao governo federal ponderasse uma transposição das águas do rio Paraíba do Sul, localizado no estado do Rio de Janeiro, para o sistema Cantareira. O que se pode notar com o episódio é que a possibilidade da transposição novamente gerou grandes

debates sobre o tema, contando com as resistências de políticos e técnicos do estado doador das águas, tal qual o projeto da transposição do rio São Francisco.

De forma semelhante, conforme salientam alguns autores (Meiron, 2009; Ribeiro, 2010; Castro, 2011), é na época das calamidades pela falta d'água que a transposição aparece como solução para a problemática, e quase sempre provoca grandes debates. Contudo, percebe-se que foram nas décadas de 1990 e 2000 que o projeto da transposição do rio São Francisco surgiu como tema controverso e dividiu opiniões no cenário político brasileiro e na sociedade civil.

Considerando o fato de que o projeto foi idealizado pela primeira vez na época do império e apenas em 2007 sua execução foi iniciada, é interessante estar atento a quais condições históricas, políticas, sociais e culturais, foram essenciais para torná-lo exequível. Nesse ponto, voltar nossa atenção para análises documentais da imprensa escrita sobre o projeto nessas últimas décadas parece ser uma maneira sagaz de reconstituição e compreensão da realidade histórica daquela época (Souza & Menandro, 2007).

Nessa linha raciocínio o estudo documental feito por Carvalho e Espíndula (2014) buscou entender como diferentes jornais no estado de Pernambuco (Gazzeta do São Francisco e Jornal do Commercio) compreendiam e construíam no imaginário social o projeto da transposição do rio São Francisco nos anos 2004 e 2005. A partir dos resultados os autores chegaram à conclusão que a localização do jornal dentro do estado de Pernambuco determinava os conteúdos e as formas das reportagens sobre o projeto da transposição. Por exemplo, o jornal Gazzeta do São Francisco estando localizado na cidade de Petrolina-PE, interior do estado e próximo ao rio São Francisco, dirigia suas reportagens aos ribeirinhos e ao agricultor da fruticultura irrigada. As reportagens sempre com forte apelo emocional falavam sobre as questões

ambientais, o estado degradante do rio e a sua revitalização, demonstrando clara preocupação com o rio. O Jornal do Commercio por outro lado, por ter sua distribuição em todo o estado de Pernambuco, as reportagens dirigiam-se a um público diversificado. Localizado na cidade de Recife/capital, o jornal buscava discutir questões econômicas advindas do projeto, pois, a cidade de Recife é a capital, sede econômica e política do estado.

No que se refere aos estudos da psicologia social que buscam compreender a relação da mídia com o grande público, recorreremos à Teoria das Representações Sociais (TRS) para a compreensão do fenômeno da transposição do rio São Francisco na mídia impressa nacional. De maneira semelhante ao estudo inaugural da obra do Moscovici (1961/2012) sobre a divulgação da psicanálise na imprensa francesa, voltamos nossa atenção para análises mais sensíveis aos Sistemas de Comunicação (Difusão, Propagação e Propaganda). Apesar de ser inegável a importância do estudo destes Sistemas para as investigações que utilizam a mídia como fonte, ainda parece ser tímida sua presença em citações ou reflexões nas pesquisas da área.

Avaliada como a obra hídrica mais custosa do governo federal, tal empreendimento tem inúmeros reflexos sociais, econômicos, ambientais e culturais para todo o país e principalmente para o homem sertanejo do semiárido nordestino, que precisam ser levados em consideração pela psicologia social. A repentina e drástica mudança de vida de moradores sertanejos, as disputas pela posse de água, a reforma agrária e a expansão do agronegócio, são exemplos desses reflexos em decorrência da transposição e que se consolidam estrategicamente com o passar dos anos.

Colocando a questão em perspectiva, entendemos que trazer o tema da transposição do rio São Francisco ao meio acadêmico significa o redirecionamento de

um foco mais sensível para as regiões mais interioranas, e mais próximas de um Brasil que se propõe a ser plural na sua diversidade cultural. A cobertura fervorosa da mídia na construção desse objeto social (a transposição do rio São Francisco) implicada nesse contexto cria a necessidade de preocupações e análises mais pormenorizadas por parte da psicologia social.

Em relação à produção do conhecimento científico no Brasil, se tomarmos como referência as iniciativas governamentais para a interiorização das universidades públicas, percebemos que tal iniciativa não ultrapassa duas décadas de existência, e dessa maneira, os grandes centros urbanos foram responsáveis por uma parte considerável da produção científica (Yamamoto, Cavalcanti, e Yamamoto, 1999; Yamamoto, et. al., 2002; Soares, Victoria, Cavalieri, e Bottino, 2006; Pinto, Lima e Lima, 2011), com boa parte desta produção referente a temas advindos desse contexto. Assim, em se tratando de psicologia social, diversos temas pertencentes às regiões mais interioranas só puderam ter mais visibilidade e se fazer presentes no meio científico, graças a essas recentes iniciativas de expansão e interiorização das universidades públicas, que possibilitaram a construção de novos núcleos de pesquisa com a participação de pesquisadores nessas regiões mais distantes dos litorais e grandes centros urbanos.

Assim, nos propomos entender com a presente pesquisa, como diferentes jornais localizados em contextos distintos no nosso país, constroem e disseminam para a população informações sobre a transposição do rio São Francisco. Procurando atravessar diferentes cenários políticos, o nosso recorte estende-se ao longo de 10 anos buscando analisar modelos e formas de conteúdos das notícias disseminadas.

Para contextualizar os temas até agora apresentados, no tópico seguinte detalharemos brevemente o percurso histórico da transposição do rio São Francisco

desde a época do império até a primeira década do ano 2000. Logo depois, buscamos entender por meio da Teoria das Representações Sociais e os Sistemas de Comunicação o papel da mídia na construção e disseminação de representações sociais.

1.1. A Transposição do Rio São Francisco na época do império até os anos 2000.

A possibilidade de transpor águas de um rio para outro não é uma novidade, tampouco proposta inventiva de política pública do Estado brasileiro para o semiárido nordestino. Ao que se tem conhecimento, a transposição de águas de rios perenes para bacias intermitentes é conhecida por diversos povos no mundo todo remontando épocas da antiguidade, e quase todas elas projetos bem sucedidos (Castro, 2011).

Em nosso país a proposta de transpor águas, mais especificamente as águas do rio São Francisco para o semiárido nordestino, aparece pela primeira vez na época do Brasil Colônia e dessa época até os dias de hoje quase sempre vem provocando debates quando cogitada (Meiron, 2009; Ribeiro, 2010; Castro, 2011). O que fica evidente nesse percurso histórico, conforme será observado mais adiante, é que desde aquela época se tinha a compreensão dos fatores físico-climáticos como causa única da seca que precisava ser extirpada. Havia uma preocupação do governo brasileiro com as constantes ocorrências de seca na região do semiárido nordestino, com a transposição aparecendo como solução para toda a problemática da seca.

Contudo, por causa do relevo da região e pelo fato de ser tecnologia ainda rudimentar, a transposição figurou apenas como utopia no reinado de Dom João VI e se materializou de fato no governo do seu filho Dom Pedro II. Naquele momento, por exemplo, o cearense Marcos de Macedo, no ano de 1847, apresentou a proposta ao

imperador com objetivo de ser um projeto remediador do problema da seca da região do semiárido nordestino.

Nos anos de 1856 a 1878 uma comissão científica organizada pelo Império percorreu alguns estados nordestinos cogitando a construção de ferrovias, açudes, estações meteorológicas e a abertura de um canal que ligasse o rio São Francisco ao rio Jaguaribe. Pouco tempo depois no ano de 1886, o engenheiro Tristão Franklin Alencar recuperou a mesma ideia. No entanto, tal qual a tentativa anterior, não teve sucesso e o projeto foi arquivado.

Curioso é que já nos primeiros anos do século XX, alguns técnicos da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) elaboraram um projeto preliminar que interligaria os rios São Francisco e Jaguaribe, mas sem sucesso. Em 1919, o mesmo projeto foi reconsiderado pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), mas por motivos ainda não conhecidos o projeto foi arquivado (Castro, 2011).

Passado o período de turbulência econômica e revolucionária entre nos anos 1900 até 1930, a problemática da seca volta a ser lembrada no governo de Getúlio Vargas. As diversas ações e estudos das questões físicas, climáticas e sociais das regiões banhadas pelo rio São Francisco demonstram um panorama sobre as atuações desse governo em específico com semiárido nordestino, o que configura uma real preocupação para com a seca e o progresso econômico. O resultado disso foi a criação de um departamento exclusivo para os cuidados dos problemas decorrentes da seca, o chamado DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Contudo, apesar desses esforços, em meio a crise política da época o projeto foi arquivado. (DNOCS, 2009)

A preocupação com as questões da seca no semiárido nordestino também foi bastante lembrada no governo subsequente. A idealização do Brasil moderno e forte

economicamente no governo de Juscelino Kubitschek reuniu forças para um entendimento mais acurado dos problemas daquela região e possibilitou intervenções que até hoje são importantes para aquela população residente. Como exemplo, o açude de Orós no Vale do Jaguaribe, interior do Ceará, projeto antigo que remontava à época do império tal qual a transposição do rio, foi projetado e concluído.

Adentrando o período da ditadura militar entre os anos 1979 e 1982, o Nordeste foi acometido por uma das mais longas e severas estiagens da sua história. Ao que se tem conhecimento o número de mortos por fome e fraqueza chegou de 700 mil a 3,5 milhões de pessoas (Villa, 2000 citado por DNOCS, 2009). Esse fato fez com que o governo adotasse algumas medidas de urgência e pensasse em soluções que resolvessem o problema da escassez de água na região Nordeste. Desse modo, o Ministro do Interior Mario Andreazza colocou a transposição do rio São Francisco na mesa de negociações e juntamente com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) realizou uma série de diagnósticos para saber a viabilidade econômica do empreendimento, constatando ser possível retirar cerca de 3% da vazão do rio. Naquele momento o projeto da transposição do rio São Francisco ganhou contornos semelhantes ao projeto executado no ano de 2007. Apesar das várias modificações na sua estrutura, ainda é possível perceber características que foram preservadas em todos esses anos.

Na década de 1990 e nos anos que se seguiram, o projeto da transposição volta à agenda governamental por iniciativa dos presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, proporcionando debates acalorados. Se por um lado o projeto apresentava ambições de acabar com a seca e apelo popular para isso, por outro lado o estado de degradação do rio, a longa história de empreendimentos públicos nunca concluídos e as indústrias de carros-pipa despertaram a desconfiança de parte da população, dos ambientalistas e da sociedade

civil organizada, que faziam oposição fervorosa ao projeto, podendo ser percebida até os dias hoje.

No governo Itamar Franco (1992 a 1994) o ministro da Integração Nacional Aluísio Alves primeiramente propõe a interligação do rio São Francisco com os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, por meio de um canal de concreto saindo de Cabrobó-PE. No mesmo governo, a transposição do rio São Francisco é proposta no ano de 1994, pelo Decreto de 08 de agosto, estendendo os canais pelos estados de Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, incluindo também Pernambuco e Paraíba. Na ocasião pensava-se em retirar 7,5% da vazão do rio, em contraponto aos 1,5% do projeto atual (Leite, citado por Henkes, 2013). Contudo, um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) resultou mais uma vez no arquivamento do projeto.

Passando para o governo de Fernando Henrique Cardoso (em seu primeiro mandato iniciado em 1994), o projeto da transposição é bastante reformulado em virtude dos debates cada vez mais polêmicos. Para se ter uma ideia, três versões do projeto foram apresentadas: uma da equipe da Secretaria Especial de Políticas Regionais, outra do Ministério da Integração Nacional (MI), e uma terceira da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Naquele momento, o parlamento por meio do senador Beni Vera elaborou um quarto projeto de transposição com um nome mais extenso do que vinha até então sendo tratado, denominado “Projeto São Francisco: A integração das Águas do Semiárido”. Por razões diversas nenhuma das propostas vigorou (Castro, 2011).

Na década de 2000 o secular projeto da transposição do rio São Francisco é, enfim, executado. Por diversas razões o projeto foi reelaborado muitas vezes, e dessa forma, apresentaremos a seguir o projeto da transposição das águas do rio São

Francisco como vem sendo executado, tendo o início das suas obras no ano 2007. O projeto também pode ser visualizado no anexo II.

O projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (nome oficial) é de responsabilidade do governo federal em conjunto com o Ministério da Integração. O seu principal objetivo visa assegurar a oferta de água a cerca de 12 milhões de pessoas em 390 municípios da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte até o ano 2025 (Meiron, 2009; Ribeiro, 2010; Castro, 2011). Para atingir esse intento, o governo prevê a construção de dois canais, Eixo Norte e Eixo Leste, que levariam 26,4 m³/s de água do Rio São Francisco às bacias e açudes espalhados pelo Nordeste Setentrional.

O Eixo Norte levará água para os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O canal tem início próximo à cidade de Cabrobó, com uma extensão de aproximadamente de 400 quilômetros, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste levará água para os estados de Pernambuco e Paraíba. A captação se dará na cidade de Floresta - PE, onde o canal seguirá por 220 quilômetros até o rio Paraíba - PB, deixando parte da vazão nas bacias do Pajeú e Moxotó. O projeto prevê ainda uma bifurcação do canal, que percorrerá 70 quilômetros até a bacia do rio Ipojuca (Castro, 2011).

A conclusão dos canais que era prevista para o ano 2012, foi rediscutida e será finalizada em 2015. Até julho de 2013, reportagens de jornais noticiaram que apenas 50% dos canais do projeto da transposição encontravam-se concluídos. Contudo, a falta de iniciativa política e a falta de recursos colocaram o projeto no ostracismo, e parte das obras encontram-se abandonadas.

Buscar entender a transposição do rio São Francisco mesmo sete anos depois do início das obras implica estar atento às disputas econômicas, ideológicas e políticas, tomando como ponto de partida os diferentes estados nordestinos doadores e receptores das águas da transposição.

A partir desse panorama, a imprensa nacional tem acompanhado todo o processo de elaboração do projeto até o início das obras, como também, as polêmicas geradas em seu entorno com inúmeras reportagens e notícias. Sendo assim, os jornais foram essenciais fontes de informação a diversos atores sociais sobre o projeto de transposição do rio São Francisco e importantes instrumentos para a produção de representações sociais.

1.2. As Representações Sociais e os Sistemas de Comunicação.

Pesquisas documentais demonstram ser fonte interessante de apreensão da realidade (Rodrigues, 2000; Souza & Menandro, 2007), tendo a mídia e seu material jornalístico noticioso como objeto de estudo.

A mídia, seja ela televisiva ou impressa, decide sobre o que falar e como falar a respeito dos acontecimentos mais triviais do nosso dia a dia. Ao que parece, os fatos cotidianos tornam-se verdadeiros quando finalmente são noticiados pelos órgãos de imprensa. Nas palavras de Schwarcz (1987) o jornal, bem como outros veículos de imprensa

“cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida. (...) portanto, o jornal cria e recria

consensos que cada repetição necessitam de menos explicações” (p. 248).

Guareschi (2001) chama a atenção para o duplo poderoso papel da mídia na possibilidade em dar veracidade a objetos quando noticiados e a função de produzir realidades homogêneas a determinados grupos de que se tem interesse. Dessa forma, é imprescindível um estudo pormenorizado dessas ideias disseminadas, pois, como relata Alexandre (2001) “diante desse quadro mundial a mídia tem pouco espaço para a verdade, pois depende das verbas publicitárias, que são manipuladas pelas grandes indústrias e conglomerados financeiros” (p.122). Ou mesmo, como afirmam Menandro, Trindade e Almeida (2010):

Além de representarem o testemunho sobre os acontecimentos de uma determinada época ou região, estão inevitavelmente impregnadas de juízos de valor que se relacionam com os objetivos ou interesses da veiculação daquela informação, com as características do grupo ou da instituição que a está divulgando, e com os padrões vigentes de concepções a respeito dos temas tratados, que têm aceitação social e cultural (Menandro, Trindade e Almeida, 2010. p.65).

Assim, a mídia transmite uma narrativa dos fatos contendo ideias, representações sobre determinado fenômeno social. No entanto tais ideias não são ingênuas e se relacionariam com os interesses de quem as produz. Nesse processo é imprescindível a interface com as representações sociais exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e sua disseminação (Alexandre, 2001; Guareschi, 2001; Jodelet, 2001).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) se propõe ao entendimento da realidade cotidiana e homogênea a determinados grupos sociais. O conhecimento do

senso comum ganha relevo e é pensado como saber determinante de atitudes, comportamentos e práticas sociais. Como processos formadores das representações sociais a ancoragem e a objetivação são faces indissociáveis. Moscovici (2003) descreve a função desses dois processos dessa maneira:

“Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlá-la” (Moscovici, 2003, p.61)

Na ancoragem o que se pretende é o ajustamento de um objeto social inédito, perturbador, a um pensamento social familiar pré-existente. Suas funções dizem respeito a incorporação do que é estranho ou novo, a interpretação da realidade e a orientação das práticas sociais (Espíndula, 2010). A objetivação se refere à simplificação de ideias que se associam a imagens do mundo físico, o que implica a seletividade de elementos e sua descontextualização, “dependendo de significados pré-existentes frutos da inserção grupal” (Vasconcellos, 2013, p.41).

Nos meios de comunicação de massa, a objetivação sofre influência dos Sistemas de Comunicação, que orientam as formas de materialização de uma ideia através dos processos de figuração, ontologização e personificação (Moscovici e Hewstone 1984 citado por Ordaz e Vala 1997). Na figuração, a objetivação consiste em traduzir conceitos em imagens; na ontologização os conceitos são imputados a seres, objetos, coisas; e na personificação há a associação de uma ideia, teoria, ideologia, à imagem de uma pessoa representativa dessa ideia.

Supomos que dentre esses processos, a personificação seja o processo mais provável de aparecer nos resultados do presente estudo. É possível que haja uma

associação de certos elementos representacionais aos presidentes nos mandatos dos anos 1999 a 2002 e dos anos 2003 a 2008, e outra associação ao Bispo Dom Cappio, muitas vezes tratado como símbolo de resistência da sociedade civil e dos movimentos sociais contra o projeto da transposição. Portanto, é esperado nos resultados que certas ideologias e valores se associem a essas figuras públicas de destaque, e por sua vez se liguem a lógicas representacionais ao objeto do presente estudo.

As representações sociais são sempre direcionadas a um objeto social, seja ele físico ou não. Segundo Sá (1998), para que um objeto social seja alvo de uma representação social é necessário que aquele tenha relevância para determinado grupo. A relevância permite que o objeto seja demasiadamente discutido entre seus pares; a troca de ideias, pensamentos, opiniões, viabiliza a construção de um conhecimento comum e com uma nova roupagem para os membros do grupo. A discussão de um fenômeno social absolutamente novo traz instabilidade ao grupo, implicando na sua organização, fazendo com que os membros desenvolvam estratégias para melhor incorporar o novo fenômeno ao repertório de representações já cristalizadas, de modo que, as representações sociais são verdadeiras teorias construídas para entendimento do mundo à nossa volta.

Em sua obra inaugural das representações sociais, Moscovici (2012) observa a forma como a psicanálise é apropriada por diversos segmentos sociais da sociedade francesa da década de 1950. A princípio, tendo a psicanálise como conhecimento restrito a pequenos grupos de intelectuais daquela sociedade, tal saber escapa daqueles círculos fechados e cai sob o domínio do grande público, permitindo a sua reelaboração.

Neste ponto, cabe ressaltar os conceitos de universo reificado e universo consensual. Moscovici (2003) concebe o universo reificado pertencente a um mundo

restrito dos produtores de conhecimento, no qual, fazem parte os cientistas, os formadores de opinião, etc. no qual o conhecimento produzido é intencional e hierarquizado. No universo consensual ocorrem as interações sociais mais elementares; o senso comum é o saber originário e que dá base às interações e práticas cotidianas, no qual, o conhecimento produzido e praticado é espontâneo.

Na segunda parte do seu estudo Moscovici (2012) mostra como a mídia, naquele caso a imprensa escrita francesa, se apropria da psicanálise e a devolve reformulada para os seus leitores. Foi possível identificar como diferentes jornais localizados em pontos estratégicos da França e com ideologias distintas produziram representações sociais diferentes, que de uma forma ou de outra, visavam atender aos interesses do seu grupo.

Assim, buscando compreender o papel dos veículos de comunicação de massa na construção social da realidade, ao descrever os processos comunicacionais, e também a formas de organização dos conteúdos emitidos, o autor delimita três Sistemas de Comunicação responsáveis por tal processo, sendo eles: **Difusão**, **Propagação** e **Propaganda**. A delimitação destes sistemas sobressai dentro de um contexto no qual são levadas em consideração as características de uma sociedade, grupo ou instituição social em questão, e também a qualidade das interações sociais.

O primeiro destes sistemas, a Difusão, exemplificado no estudo original de “a grande imprensa” é direcionado a um público diversificado e o conteúdo objetiva se adequar às preferências do seu leitor. As notícias são quase sempre de cunho sensacionalista e se propõe apenas informar, sem posicionamento determinante frente ao fato, como bem salienta Moscovici (2012):

“Iniciaremos por notar alguns atributos do estilo próprio às comunicações: concreto, sedutor e rápido. Tentamos assim nos aproximar o máximo

possível do vocabulário e gosto que supomos ser aquele leitor. As proposições chocantes, susceptíveis de chamar a atenção sempre aparecem.” (Moscovici, 2012, p.286)

O veículo toma como fundamental a possibilidade de agradar seu público, o que torna a mensagem pouco estruturada (Allain, Nascimento-Schulze & Camargo, 2009). O jornal e o público se encontram num mesmo patamar, são receptores frente a um objeto, em virtude disso, há sempre uma intencionalidade do primeiro em se identificar com o segundo. Como consequência, o resultado dessa troca influencia nas opiniões dos leitores.

A Propagação é direcionada a grupos sociais específicos com ideologias já cristalizadas. O objetivo das mensagens é adequar certos objetos estranhos, comportamentos, normas, desestabilizadoras a um pensamento social existente.

“a mensagem é estruturada de forma a controlar a ameaça de novos conhecimentos sobre o sistema de crenças de um determinado grupo. Desse modo, essas novidades são sempre interpretadas à luz dos sistemas que devem ser preservados.” (Allain, Nascimento-Schulze & Camargo, 2009, p.22)

Na obra de Moscovici, os órgãos de imprensa funcionaram como vigilantes dos valores do grupo, que procuravam controlar comportamentos através da manipulação do seu contexto e da significação a respeito de algo, naquele caso a religião em relação à psicanálise. Dessa forma, os efeitos da comunicação desse tipo de imprensa manifestam-se sobre as atitudes do grupo (Saraiva & Coutinho, 2012), garantindo a sua manutenção.

Finalmente, a Propaganda, é forma de comunicação em que as mensagens são bem definidas e estruturadas, admitindo posicionamentos frente ao objeto em questão. O que está claro nas mensagens disseminadas é o componente persuasivo com o

objetivo de influenciar os comportamentos do grupo, demonstrando uma visão dicotômica do mundo, no que é posto bom e ruim, verdadeiro e falso, se relacionando diretamente com os estereótipos (Ferreira, 1995; Aléssio, Apostolidis & Santos, 2008).

Dito isso, há uma diversidade de estudos documentais que têm buscado compreender as ideias contidas em revistas e jornais sobre fenômenos sociais a partir da TRS. A seguir serão apresentados alguns desses estudos com breves descrições dos seus objetivos e resultados, visando mostrar a diversidade de fenômenos sociais contemplados como também a riqueza de informações que os acompanham.

O estudo de Santos, Neto e Sousa, (2012) mostrou como o *Crack* estava sendo noticiado pelos jornais pernambucanos nos anos 2007 e 2008. Após a análise das reportagens, foi possível identificar que os jornais relacionavam a droga com o narcotráfico, ressaltando os aspectos criminais de uso e distribuição da droga. No meio dessa relação aparecia o usuário e a sua angústia devido à dependência da substância, juntamente a necessidade de tratamentos clínicos e a sua incapacidade de refletir sobre o uso da droga.

Corrêa, et.al. (2007) observaram como as representações de gênero são construídas a partir das notícias de jornais com circulação dentro empresas no estado de Minas Gerais, sendo que para cada uma dessas empresas os públicos eram discriminados por sexo, numa o público era predominantemente do sexo masculino e outra do sexo feminino. A partir desse estudo foi possível observar como os jornais construíam as formas e os conteúdos das reportagens na tentativa de se adequar ao seu público-alvo, enfatizando relações assimétricas de gênero de como homens e mulheres deveriam se comportar socialmente.

O estudo de Espíndula, et. al (2006) buscou entender as representações sociais do adolescente em conflito com a lei nos anos 2002 a 2004 na imprensa capixaba. Os

autores mostraram que o adolescente em conflito com a lei estava sendo noticiado pela mídia através de elementos que traziam o antigo Código de Menores, mesmo depois de 14 anos de implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). As notícias traziam adjetivos como bandido e criminoso incorrigível, sendo por vezes estigmatizante e perversa a forma de representar esse adolescente.

Os estudos de Leitão e Santos (2012) e de Conti, Bertolin e Peres (2010) não trabalham com o texto escrito das reportagens, mas estão aqui apresentados por tratarem teoricamente da mídia e as representações sociais. O primeiro estudo investigou as representações sociais dos Sertões do Nordeste a partir de imagens jornalísticas da agência Globo e o jornal O Globo, sendo possível perceber o reducionismo temático de toda a região do Sertão como local de isolamento, seca, sem saneamento e tecnologia. O segundo estudo, por meio de entrevistas episódicas com adolescentes tratou das relações da TV e a revista, e o modo como o jovem cuida do corpo. Nos discursos dos adolescentes foi possível perceber o idealismo estético do corpo magro e suas consequências negativas para a saúde.

A partir de busca realizada nos periódicos Capes e na revista *Papers on Social Representations*, considerando os últimos cinco anos, identificamos 15 estudos na literatura internacional que trabalham na direção dos estudos citados, articulando as representações sociais e a mídia impressa. Descreveremos a seguir os três mais recentes.

O primeiro desses estudos (Jaspas, & Nerlich, 2014) se refere às representações sociais das mudanças climáticas na imprensa britânica no ano de 1988. Os autores chamam a atenção para o fato de que no início dos debates sobre as mudanças climáticas, estas eram representadas como ameaça, apresentando elementos como perigo e risco. A atribuição da culpa pelas consequências das

mudanças do clima são elementos representacionais que aparecem, transparecendo as disputas políticas dos países do primeiro mundo em torno do tema.

O estudo de O'Connor e Joffe (2013) buscou identificar como o desenvolvimento inicial do cérebro humano foi representado pela mídia impressa no Reino Unido. A análise dos dados contemplou 505 reportagens publicadas entre o ano 2000 e 2010, mostrando que a cobertura da mídia estava centrada em preocupações sobre o desenvolvimento neurológico fetal, juntamente a questões que ajudariam no desenvolvimento cerebral, como a nutrição e a influência de comportamentos afetivos.

No estudo de Sossa (2009) buscou-se entender as representações sociais sobre violência entre casais em dois jornais de Medelin, no período entre 2001 e 2008. O estudo mostra como o tema da violência entre casais é atravessado por questões de classe social e significativamente por conflitos de ordem cultural, em relação à mudança de valores do que é considerado como da cultura tradicional.

Uma linha de pesquisa que nos interessa especialmente é representada principalmente pelos estudos de Ordaz, e Vala (1997), Silvia e Camargo, (2004), Allain e Camargo (2007), Aléssio, Apostolidis e Santos (2008), Goetez, Camargo, Bertoldo, e Justo (2008), Allain, Nascimento-Schulze e Camargo (2009), Saraiva e Coutinho (2012/2012), Leitão e Santos (2012). Estes estudos ressaltam o caráter teórico dos Sistemas de Comunicação (propaganda, propagação e difusão) e o modo como estes se relacionam com os conteúdos disseminados nas notícias, sendo inspiração para o tipo de investigação que se pretende fazer aqui. No nosso entendimento é fundamental levar em consideração esses conceitos da TRS, pois, contribui para o entendimento das lógicas de construção dos conteúdos das reportagens levando-se em consideração o contexto de que se parte, nesse caso, a realidade brasileira.

Tomando os meios de comunicação como fontes de informações, e focando especificamente os jornais quando consideramos a realidade brasileira, devemos atentar para o fato de que tais veículos não são originários de formações sociais (política ou religiosa, a exemplo) claramente definidas, tal qual ao estudo de Moscovici (2012). Ou seja, em nosso contexto grande parte dos meios de comunicação está em posse de políticos, grupos econômicos e pequenos grupos familiares, no qual, determinado objeto social se relaciona a interesses pouco claros para a grande maioria da sociedade. Assim, ao que parece, os Sistemas de Comunicação podem não ser suficientes para traduzir e explicar a diversidade de interesses encobertos com características tão específicas quanto as do Brasil, Nordeste, semiárido nordestino. Dessa forma, chamar a atenção para esses aspectos significa um olhar teórico necessário a que nos propomos realizar, e é nesse sentido que o presente estudo pode contribuir teoricamente com a teoria das representações sociais e a pesquisa documental, por meio da investigação que tem como fonte os meios de comunicação impressos.

Embora se pretenda trazer esses conceitos para uma realidade brasileira, é forçoso admitir que as formas e os conteúdos das notícias disseminadas são destinados a grupos hegemônicos, atravessando a barreira dos países e dos continentes, se fixando numa perspectiva global. É também nessa direção que podemos fazer uma ponte entre os estudos da obra de Moscovici citada anteriormente e os estudos aqui pretendidos com a transposição do rio São Francisco.

Equivalente ao que foi discutido até agora, a presente pesquisa busca observar como um saber sobre determinado objeto social se transforma a partir de mudanças contextuais. Aqui escolhemos dois estados da federação, Minas Gerais e Paraíba, sendo estes estados doadores e receptores das águas da transposição do rio São Francisco respectivamente.

Mais ainda, pretendemos mostrar também, como esse saber se modifica numa perspectiva temporal ao longo de 10 anos, sofrendo a influência de mudanças sociais e políticas tão evidentes como as do final da década de 1990 e todo o ano 2000. Com isso, buscaremos tornar perceptível o modo como a mídia impressa significa a transposição do rio São Francisco em dois governos distintos.

Por fim, a presente pesquisa visa entender as representações sociais da transposição do rio São Francisco nos jornais Estado de Minas e Jornal da Paraíba, nos anos 1999 até 2008.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

- Compreender as representações sociais da Transposição do Rio São Francisco veiculadas em jornais brasileiros no período de 10 anos.

2.2. Objetivos Específicos:

- Analisar as consonâncias e discrepâncias das representações sociais da transposição do rio São Francisco nos períodos 1999 até 2002, e 2003 até 2008.

- Identificar as representações sociais dos estados doadores e receptores das águas do rio São Francisco (Minas Gerais e Paraíba, respectivamente).

- Identificar os processos comunicacionais dos Sistemas de Comunicação presentes nos jornais tomados como fonte de investigação.

3. MÉTODO

O presente estudo se refere a uma pesquisa documental descritiva com material jornalístico noticioso dos jornais Estado de Minas e Jornal da Paraíba. Dos anos 1999 até 2008, buscamos analisar todas as reportagens sobre a transposição do rio São Francisco, demonstrando quais elementos de representação são disseminados pelos jornais considerando uma variável política (governo FHC e Lula) e outra territorial (estado doador e receptor das águas da transposição).

Dessa forma, a presente pesquisa está dividida em dois estudos distintos que correspondem às análises dos dois jornais em questão. No tópico denominado **Conclusões**, trataremos das possíveis relações entre os dois estudos sobre o projeto da transposição.

3.1. Estudo 01 – Jornal da Paraíba.

3.1.1. Fonte de Dados:

Fez parte da pesquisa no primeiro estudo o Jornal da Paraíba. Optou-se por trabalhar com esse jornal por estar localizado no estado da Paraíba, sendo este estado receptor das águas do rio São Francisco no projeto da transposição.

O Jornal da Paraíba está localizado nas cidades de João Pessoa e Capina Grande, e faz parte do grupo de empresas sob o nome de Rede Paraíba de Comunicação. Esta marca de mídia reúne instrumentos midiáticos de TV, Rádio e Internet, são eles: TV Cabo Branco e a TV Paraíba afiliadas da Rede Globo; a Cabo Branco FM e Paraíba FM e por fim, na Internet com os portais G1 e Globo Esporte.com. As TVs Cabo Branco e Paraíba são afiliadas da Rede Globo

Sendo criada em 1971, a Rede Paraíba é o maior grupo de comunicação do Estado. Após expandir sua cobertura para todo o estado desde 2002, o Jornal da

Paraíba mantém duas redações interligadas online (Campina Grande e João Pessoa) e uma rede interligada nas principais cidades da Paraíba.

Na área da radiofonia, a Cabo Branco FM é líder de audiência com o chamado público "adulto-contemporâneo", formado predominantemente por ouvintes das classes AB e escolaridade superior entre 21 e 45 anos. Já a Paraíba FM se adéqua a outro perfil, os de classe populares mais baixas e de idades variadas. Por fim, na internet, o G1 Paraíba é considerado o maior portal de notícias do Brasil, com a integração entre televisão e internet.

3.1.2. Procedimento de coleta dos dados:

O procedimento de busca pelas reportagens se deu via internet. A coleta aconteceu no próprio site do jornal, www.diariodosassociados.com.br, a partir dos descritores: *transposição; rio São Francisco; transposição águas São Francisco*. À medida que as reportagens foram encontradas, estas foram salvas num banco de dados e classificadas segundo os critérios de número de entrada e ano, e depois transcritas na íntegra em arquivo digitalizado pelo Word 6.0. Dessa forma, foram encontradas 1346 reportagens sobre à transposição do rio São Francisco no período entre 1999 a 2008.

3.1.3. Proposta de análise dos dados:

Terminado o processo de coleta, a análise do material se deu de duas formas:

1. A primeira refere-se a análise da frequência das reportagens publicadas ao longo dos anos no interior de cada jornal separadamente. Tomando por base as frequências encontradas ao longo dos anos pesquisados, foram citados e comentados os fatos mais relevantes que contribuíram para o aumento das reportagens num

determinado período, contribuindo assim, para o melhor entendimento do fenômeno da transposição.

2. A segunda análise dos dados se deu com a ajuda do software Alceste (Análise Contextual de um conjunto de Segmentos de Texto) (Camargo, 2005). O programa realiza análises estatísticas de uma grande quantidade de dados textuais, a partir de um Corpus (banco de dados textual a ser analisado) previamente preparado. Os resultados da análise permitem um panorama das ideias mais representativas presentes no Corpus, mediante a uma Classificação hierárquica descendente e ascendente (fundamentada no léxico das palavras e os cruzamentos das matrizes com as Unidades de Contexto Elementares – UCE). A partir das análises descendente e ascendente do programa complementamos com trechos das reportagens na íntegra, de modo, melhor explicar um dado evidenciado pelo programa.

3.2. Estudo 02- Jornal Estado de Minas.

3.2.1 Fonte de Dados:

Fez parte do segundo estudo da pesquisa o jornal Estado de Minas. O jornal foi escolhido por estar localizado na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, sendo este um estado doador das águas do rio São Francisco no projeto da transposição.

O jornal Estado de Minas surgiu na segunda década do século XX, mais precisamente no dia 07 de março de 1928. Sendo criado por acadêmicos, o jornal passou a ser vinculado em 1929 à grande empresa Diários Associados.

A tiragem do jornal é diária. Aos domingos a circulação é de aproximadamente 102.034 exemplares, sendo 76% assinaturas e 24% venda avulsa. Nos dias úteis a

tiragem é um pouco menor, chegando a aproximadamente 71.926 exemplares, com 90% de assinaturas e 10% venda avulsa. A circulação das reportagens atende todo o estado de Minas Gerais e o público é composto das mais variadas camadas sociais. No entanto, segundo informações do site da empresa Diário dos Associados, o jornal apresenta os seguintes grupos leitores: os que ocupam cargos em nível superior, graduados, pós-graduados ou que pretendem fazer cursos de pós-graduação, com renda média familiar de 10 salários mínimos; investidores (com aplicações financeiras) e aqueles pretendem viajar para o exterior e costumam frequentar exposições, museus e peças de teatro.

Como citado anteriormente o jornal Estado de Minas faz parte de um grande conglomerado de empresas de mídia chamado os Diários Associados, também conhecidos como Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados. A empresa investe na área de comunicação e ocupada a posição de maior corporação da história da imprensa no Brasil. Hoje é o sexto maior conglomerado de empresas do país (www.diariosassociados.com.br).

Dessa forma, vale explicitar uma parte das empresas pertencentes a esse grupo para se ter uma real noção da dimensão da mesma. A suas mídias são as mais diversas e se estende por vários estados da federação, como podemos ver na tabela 01 no tópico Anexo.

A amostra foi composta de reportagens presentes nos anos 1999 até 2008. A escolha desses anos se deu pela possibilidade de analisar o fenômeno da transposição do rio São Francisco em dois governos distintos, de 1999 a 2002 e 2003 a 2008.

3.2.2. Procedimento de coleta dos dados:

O procedimento de busca pelas reportagens se deu via internet. A coleta foi realizada no próprio site do jornal, www.impresso.em.com.br, a partir dos descritores:

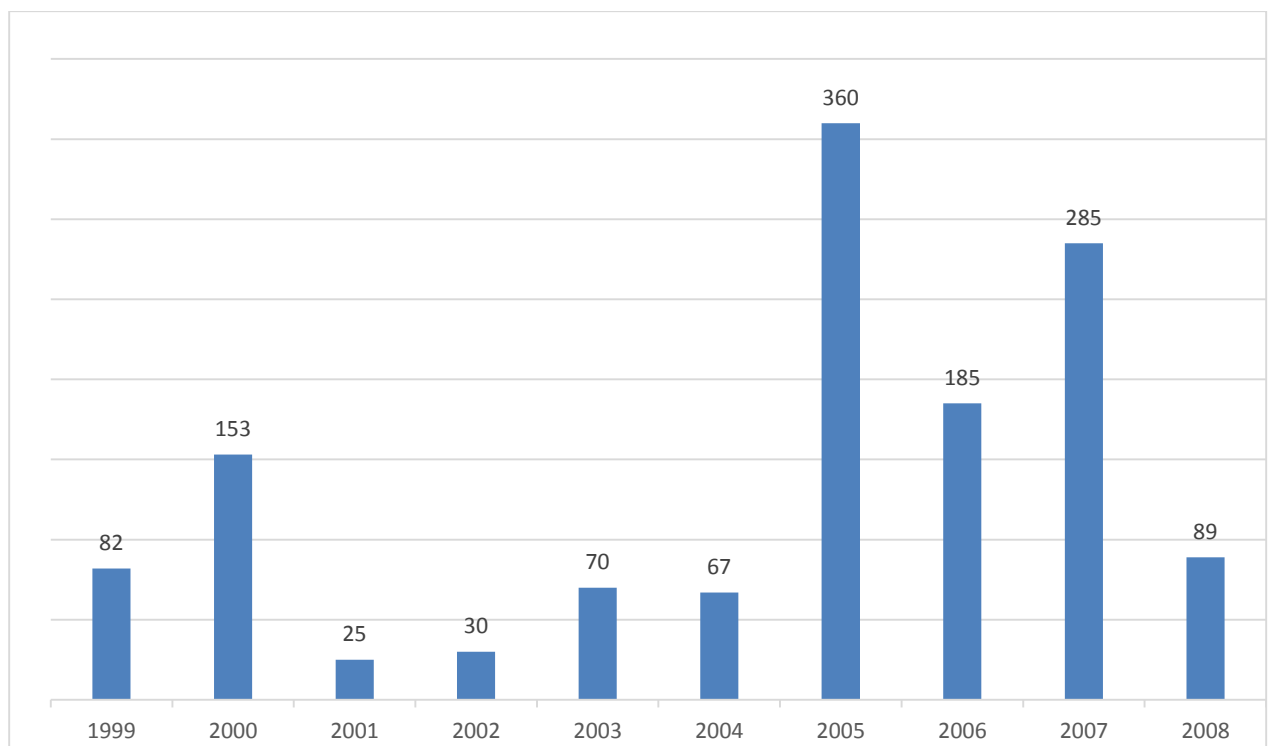
transposição; rio São Francisco; transposição águas rio São Francisco. Tal qual o estudo anterior. Para o Jornal Estado de Minas foram encontradas 316 reportagens sobre a transposição do rio São Francisco no período entre 1999 a 2008.

3.2.3. Proposta de Análise dos dados:

A análise dos dados se deu com a análise da frequência das reportagens em cada jornal e com a ajuda do software Alceste (Análise Contextual de um conjunto de Segmentos de Texto), complementando a análise com trechos de reportagens na íntegra sempre que possível, da mesma maneira que o estudo anterior.

4. RESULTADOS – Estudo 01 (Jornal da Paraíba)

Figura 01 – Número de reportagens sobre a transposição do rio São Francisco no Jornal da Paraíba durante o período 1999-2008



A figura 01 apresenta o número de reportagens sobre a transposição do rio São Francisco no Jornal da Paraíba ao longo de 10 anos. Conforme a figura 01 podemos perceber que há uma maior quantidade de reportagens no ano 2000 e entre os anos 2005 e 2007.

A grande quantidade de reportagens no ano 2000 deve-se ao momento em que o projeto da transposição começa a ser entendido por políticos do estado da Paraíba e pelo presidente da república como uma política pública importante para o Brasil, o Nordeste e para o povo nordestino. As constantes mobilizações em prol do projeto se iniciam neste ano com o apoio declarado do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), até então ausente em todo o ano anterior: “o meu compromisso de realização da transposição do São Francisco não decorre de uma eventualidade; decorre da convicção de que é importante para o Nordeste e que é um projeto importante para o Brasil” (Jornal da Paraíba, 02/08/2000)

As mobilizações e efetivações de acordos políticos mais importantes nesse período são criação da Comissão para a Transposição, idealizada pelo então presidente da câmara Michel Temer (PMDB-SP) com o objetivo de reunir todas as tendências políticas sobre a transposição, e as articulações da bancada nordestina iniciada com os senadores Ney Suassuna, Ronaldo Cunha Lima e o José Carlos da Silva Júnior, todos do PMDB-PB. Além disso, durante todo o ano sugeriram muitas notícias sobre as verbas para a execução do projeto, quase sempre cogitadas pelo Orçamento Geral da União, e depois pela privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf. A não privatização da Chesf é um dos fatores determinantes para que o projeto não seja executado neste governo, segundo o jornal.

Nos anos 2001 e 2002 houve uma queda na quantidade de reportagens em razão das fartas chuvas ainda no ano 2000 e sua estreita relação com a transposição,

fenômeno noticiado pelo jornal: “Não se deve enrolar as bandeiras sob as primeiras chuvas que vieram salvar o Nordeste (e salvarão, se continuarem), uma ajuda importante foi dada, há poucos dias, para a campanha da transposição” (Jornal da Paraíba, 06/09/2000). As eleições do ano 2002 também é um fator que contribuiu para a queda do número de reportagens sobre a temática.

O período entre os anos 2005 e 2007 são decisivos para o início das obras do projeto da transposição. Nos anos 2005 e 2006 ocorrem a deliberação das licenças ambientais para execução do projeto e conseqüentemente as polêmicas em seu entorno até o início das obras no ano 2007.

Como pode-se perceber na figura 01, o ano 2005 tem o maior número de reportagens durante os 10 anos. Isto ocorre por causa das deliberações das licenças ambientais necessárias para a execução do projeto, expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A caravana de audiências públicas que percorreu os estados doadores e receptores das águas da transposição para debater com a sociedade civil o projeto também acontecem neste ano, sendo diversas vezes impedidas de serem realizadas por causa dos movimentos civis organizados contrários ao projeto. É neste momento que segmentos da igreja tomam posição e o Bispo Dom Cappio declara greve de fome por duas vezes até que o presidente Lula fosse dissuadido de executar o projeto. Além disto, houve novamente uma intensa mobilização política e constante trabalho dos meios de comunicação em busca de apoio da opinião pública.

O ano 2006 é marcado por questões polêmicas resultantes do ano anterior. A principal delas é em relação ao fenômeno denominado de “batalhas das liminares”, que se refere a numerosa quantidade de liminares judiciais emitidas de diversos órgãos

estatais e civis contrários à transposição, que impediam o seu andamento. A esse fenômeno o jornal comenta:

“No entanto, para as obras da transposição serem iniciadas, a batalha de liminares terá de ser vencida na esfera jurídica. Após a bateria de 19 liminares impetradas contra o projeto, 18 delas já foram revogadas. A única pendente e a mais aguardada pelas duas frentes que se formaram contra a transposição se encontra nas mãos do ministro e relator do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, que vai dar uma decisão definitiva” (Jornal da Paraíba, 08/02/2006)

Poucos dias depois o então ministro Sepúlveda Pertence revoga esta liminar restando apenas tramites corriqueiros do Ibama para dar início às obras:

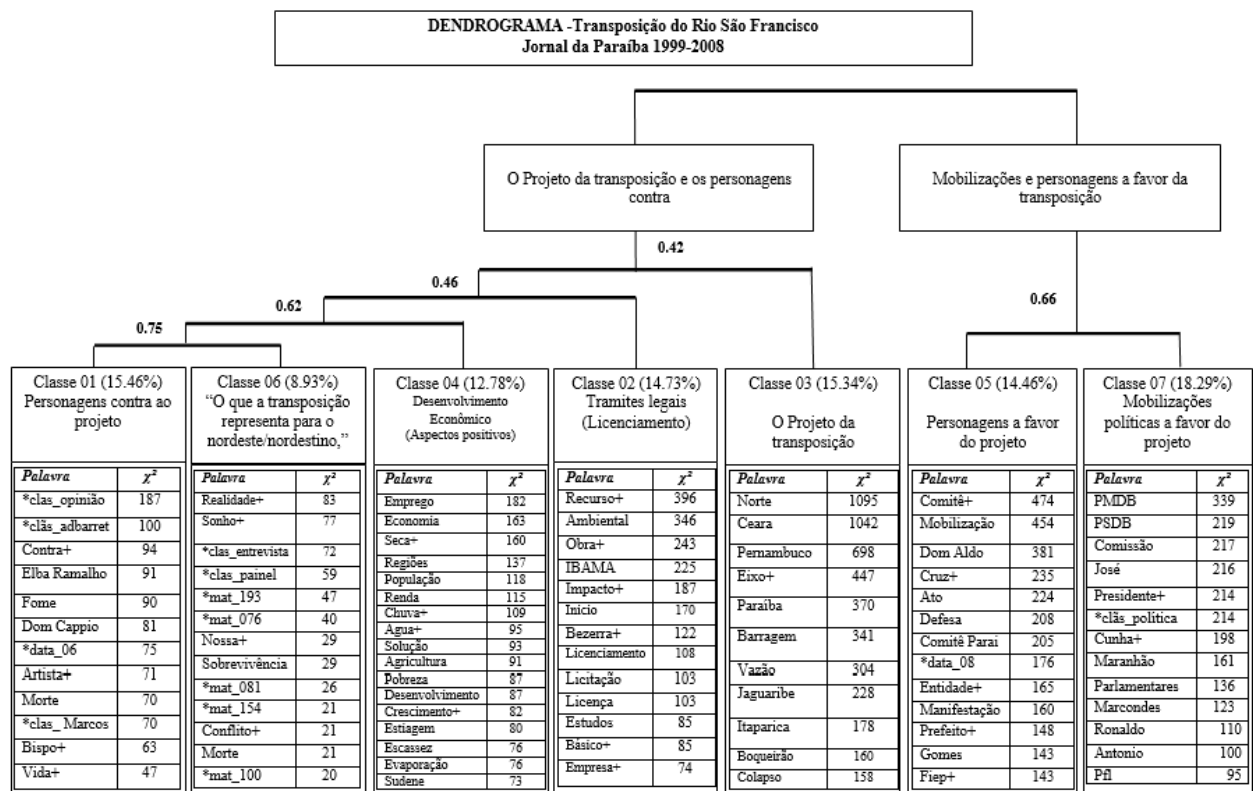
“O ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence, nome a ser guardado no peito dos desvalidos, suspendeu todas as liminares concedidas pela Justiça contra a transposição prometida desde o Império. Agora, basta a licença de instalação do Ibama e as obras poderão começar” (Jornal da Paraíba, 28/02/2006)

Outro episódio que foi bastante noticiado nesse período se refere a estiagem que acometeu o estado da Paraíba. A estiagem que ocorreu nos anos 2006 e 2007 fez aumentar o número de reportagens relacionadas ao tema da transposição, por esta ser apontada como solução para a problemática. O impacto dessa estiagem fez o governo da Paraíba decretar estado de emergência a alguns municípios do estado.

Por fim, é no ano 2007 que se dão início às obras da transposição do rio São Francisco. Embora o projeto já estivesse bastante encaminhado no que diz respeito às licenças ambientais, restando pequenas questões burocráticas para a sua execução, houve ainda neste ano intensa mobilização política e da sociedade civil em várias

idades da Paraíba, com ato semelhante ao do Bispo Dom Cappio, mas em apoio ao projeto. Por exemplo, o enfermeiro João Carlos Filho fez greve de fome na cidade de Souza-PB por causa de uma liminar da justiça que suspendia as obras da transposição.

Esses acontecimentos até agora mencionado serão retomados a seguir na descrição dos resultados a partir do software Alceste sob a forma de dendrograma.



A análise hierárquica descendente preservou 79.38% de todo o material processado pelo programa. Como mostra a figura 02, a análise apontada pelo programa apresenta sete classes organizadas em torno de dois eixos: 1. O que é o projeto da transposição e os personagens contra o projeto; 2. Mobilizações e personagens a favor da transposição.

O primeiro eixo O que é projeto da transposição e os personagens contra o projeto apresenta um subeixo maior que tem início na classe 03 e une as classes 01, 06, 04, 02, que juntas somam 67.24% de todo o material. Olhando as correlações dos subeixos começando pela primeira classe, tem-se a classe 01 *Personagens contra ao projeto* como uma primeira correlação à classe 06, que discute *O que a transposição representa para o nordeste/nordestino*. Estas classes são unidas por um subeixo à classe 04, que ressalta as vantagens da Transposição para a geração de emprego, irrigação e eliminação da seca. Os *Tramites legais (licenciamento)* - classe 02, fenômeno bastante noticiado entre os anos 2005 e 2007, se liga à classe 03, que descreve o que é *O projeto da transposição*.

O segundo eixo tem apenas um subeixo que liga as classes 05 e 07. A classe 05 refere-se aos *Personagens a favor do projeto* (destaque para a igreja católica) e a classe 07 representada por políticos (prefeitos, governadores, deputados e senadores) descreve as *Mobilizações políticas a favor do projeto*.

Dito isso, olhando mais atentamente a Classe 01, esta apresenta os personagens mais representativos do grupo daqueles que são contra (palavra Contra com terceiro maior qui-quadrado na classe) à transposição no governo Lula, que são eles: Bispo Dom Cappio, Letícia Sabatella e Elba Ramalho.

O personagem que mais ofereceu oposição nesse governo foi o Bispo Dom Cappio, que por duas vezes fez greve de fome em protesto à transposição. A primeira delas aconteceu em outubro do ano 2005, no qual, permaneceu por 11 dias em jejum até que Lula fosse demovido de levar o projeto da transposição adiante. Na segunda greve de fome ocorrida em novembro de 2007, o Bispo permaneceu 24 dias sem ingerir alimentos em razão do início das obras. As greves de fome do Bispo Dom

Cappio impediram temporariamente o andamento do projeto e causou a comoção de artistas e da opinião pública dos estados doadores das águas da transposição.

Segundo o bispo, a transposição é um projeto destinado a favorecer os latifúndios existentes e a estimular a fruticultura irrigada: “Trata-se, segundo o bispo, de projeto destinado às grandes fazendas e à fruticultura de exportação” (Jornal da Paraíba, 18/10/2005). Em carta destinada ao presidente Lula revela as razões de ser contrário ao projeto, sendo a principal delas a revitalização do rio São Francisco:

“Na carta que dirigiu ao presidente Lula, declara ser contrário à transposição porque considera prioritária a revitalização do rio e a realização, pelo governo, de "ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do Nordeste: uma política de convivência com o semiárido para todos, próximos e distantes do rio” (Jornal da Paraíba, 30/09/2005)

A revitalização do rio São Francisco é considerada como prioridade antes de se realizar a transposição. A urgência da revitalização decorre do estado fragilizado, “doente”, do rio São Francisco, em razão das erosões e dos impactos das intervenções humanas.

#Depois se #pode pensar provavelmente até em #transposição do #rio #São #Francisco< #mas, do jeito que está, é #um rio que está doente, que #precisa urgentemente #ser socorrido para que #ele #possa #ser aquilo #tudo que a #gente #quer para o bem de todos, #disse o líder católico (Classe 01)

Além das várias reportagens que acompanharam o cotidiano da greve de fome e das razões que levaram o bispo a ser contra o projeto, o jornal foca também na atitude do bispo, entendendo-a como “chantagem suicida”, “atitude despropositada”, ou mesmo expressando sentimentos pelo bispo como “não tenho um pinga de pena dele”, “que morra o Bispo e salve a transposição!”. A maior parte destas reportagens

aparecem no caderno do colunista Adalberto Barreto – palavra com segundo maior qui-quadrado na classe.

#Não estivesse ele #tão próximo #dos escândalos que sobressaltam o país, #embora #sem culpa comprovada, #certamente #não #teria se rendido à chantagem de #Dom #Cappio, que beira o desequilíbrio emocional, à #reação da cúpula do governo antes #das primeiras repercussões da #greve de #fome do #bispo, que a #igreja destacou para #os confins da Bahia (Classe 01)

O #bispo põe a #vida em jogo ao protestar #contra #concessão de volume pífi do São Francisco #às #almas penadas da #zona seca, #assim o #faz #contra ensinamentos da #própria #igreja, #embora advertido #por membros da #CNBB (Classe 01)

As notícias do colunista Adalberto Barreto têm como temática o Nordeste e o semiárido nordestino, no qual, temas como a seca, os personagens contrários ao projeto, aparecem frequentemente. Para o colunista a transposição é vista como solução para acabar com a sede e propiciar o desenvolvimento da região Nordeste: “O Nordeste mais seco precisa dramaticamente desse empréstimo hídrico do S. Francisco para além de matar a sede humana - precisa para matar a sede de sua economia também” (Jornal da Paraíba, 15/05/2005). Crítico da greve de fome do Bispo Dom Cappio, argumenta que tal atitude não leva em consideração os milhões de nordestinos do semiárido que há séculos passam fome e sede:

Nunca soube que algum bispo fez greve de fome em favor da sorte e da vida de milhões de nordestinos que, no semiárido, aguardam há séculos providências contra a fome e a seca que flagela, empobrece e atrasa nosso povo, transformando-o, pela incúria das políticas públicas, em brasileiros sem direito a sonhar com futuro e cidadania (Jornal da Paraíba, 10/08/2005)

A atriz Letícia Sabatella, embora não apareça seu nome na análise do programa, foi bastante noticiada pelo jornal por estar no grupo de artistas que são contra o projeto e simpatizantes do bispo Dom Cappio. Sua participação na temática resume-se a uma gravação de um vídeo pedindo apoio para impedimento do projeto e que antes se cuide do rio São Francisco.

A bela da Globo #tem #pena #mesmo é do #dom_cappio, #não #dos milhares de nordestinos #sedentos, e ninguém, nenhum #artista global #ou #não, se dispõe a visitar o padre paraibano Djaci #Brasileiro, em #seu contraponto #às manifestações esdruxulas do #bispo baiano. (Classe 01)

Semelhante a Letícia Sabatella, a cantora Elba Ramalho é mais um dos artistas contrários ao projeto da transposição. A sua participação contra o projeto foi uma declaração que dizia “esqueçam o São Francisco, deixem o rio em paz” (Jornal da Paraíba, 16/09/2005), onde a cantora foi criticada pelo fato de ser paraibana, pois, seria impensado ser nordestino, sertanejo, e ser contra a um projeto que proporcionaria água para beber aos seus iguais. A declaração gerou críticas do jornal e dos políticos paraibanos:

“Ela se esqueceu das origens e dos milhares de sertanejos que continuam pensando com a escassez de água para beber. Espero que ela mude de opinião e passe a nos apoiar nesta luta, concluiu Romero.” (Jornal da Paraíba, 23/09/2005)

“A cantora Elba Ramalho, que vem a João Pessoa para a abertura do Fenart, talvez evite visitas a Campina Grande. Se for à cidade, encontrará vereadores enraivecidos, que aprovaram voto de repúdio à cantora e atriz paraibana por conta de suas declarações contrárias à Transposição do São Francisco.” (Jornal da Paraíba, 29/09/2005)

A declaração de Elba Ramalho provocou o repúdio de alguns políticos do estado da Paraíba e num determinado momento retaliada no carnaval da cidade João Pessoa-PB. Contudo, algum tempo depois políticos e jornalistas contestam a atitude de repúdio à cantora pelo direito da livre expressão:

#Elba, #assim #como #qualquer cidadã, é livre em #expressar #sua opinião, #não concordo com ela, mas #nem #por isso #deixo de ouvi-la. O poeta Vinícius de Moraes ensinava: o destino #dos #homens é a liberdade. (Classe 01)

Classe 06 apresenta com a classe 01 uma correlação de 0.75, sendo a correlação mais forte entre todas as classes apresentadas pelo programa. A classe 06 mostra que transposição representa a redenção do Nordeste, como a única medida possível para a sobrevivência e permanência do sertanejo na sua terra. A transposição assim, representaria um sonho de décadas de espera, remontando à época que foi cogitada na época do império, dependendo apenas da vontade política:

#Eu #conheço a dificuldade do semiárido #nordestino, o #sofrimento do #povo que vive e mora nas regiões da estiagem, por #isso #sou a favor da transposição e #vou defender com todas as #minhas #forças como presidente da Câmara para #ver #esse #sonho de #décadas concretizado, enfatizou. (Classe 06)

Apresenta-se #como a redenção das #áreas castigadas pela #seca na #região, #bastando #apenas #vontade #política para #que #ela se #torne realidade #Essa população #não #só #quer, #como #precisa #viver #aqui. #Não #pode #mais alimentar o êxodo para o sul. (Classe 06)

Agora: #ou importamos a água #ou exportamos o #nosso #povo. #Não #queremos #tirar o #nosso #povo daqui e #vamos #buscar a água para #que

possamos ter, pelo #menos, a #sobrevivência #deles em #termos de abastecimento de água. (Classe 06)

A classe 04 -*Transposição para geração de emprego, irrigação e eliminação da seca*, que se liga ao subeixo anterior (classes 01 e 06) numa correlação de 0.62, revela os aspectos positivos, ou vantagens, que o projeto da transposição proporcionará depois de executado. É nesse momento que a transposição aparece como uma solução definitiva para o problema da escassez de água no Nordeste. Neste discurso, vinculado também pelas propagandas governamentais, a transposição é a única alternativa disponível e eficaz para o combate dos efeitos da seca, representando assim a “salvação” do nordeste, relacionando-se à classe anterior (classe 06).

Dessa forma, a oferta de água ainda dependente da regularidade das chuvas, se compara a outras regiões com índices pluviométricos superiores, como o sul, sudeste e centro oeste do país. A escassez de água força a migração dos sertanejos também para essas regiões, onde há a disponibilidade de água e conseqüentemente de emprego.

O #Nordeste não possui #condições naturais de #clima e #solo para igualar-se em meios de #produção a #regiões #bem dotadas pela natureza no Sul, #Sudeste e Centro Oeste. (Classe 04)

O #Nordeste #semiárido é agora um dos maiores #desafios científicos, políticos e sociais do #Brasil. A insuficiência do suporte #econômico de sua #base física, dada pela densidade populacional e #nível #atual de #conhecimentos e #tecnologia, #aumenta perigosamente #com a #perda da migração compensatória que o desemprego #tecnológico do #Sudeste aboliu. (Classe 04)

#Nessas #regiões e países, o padrão típico de #uso da água é de 70% na #agricultura #irrigada e 30%em #outros #usos, #urbanos, industriais. Esse

padrão típico é recomendável #também para o #desenvolvimento #sustentável do #Nordeste, porque viabiliza a #geração de #emprego e #renda no interior, dando sustentabilidade #econômica e #social à #população residente. (Classe 04)

O discurso da geração de emprego aparece como forma de evitar a migração e como impulso para o desenvolvimento do interior do estado, referente ao semiárido nordestino. A possibilidade de desenvolvimento nem sempre esteve presente nos discursos daqueles que são a favor do projeto. Este discurso aos poucos aparece no final do governo FHC e percorre todo o governo subsequente, quando a irrigação começa a ser ponderada e logo depois agregada ao projeto.

A classe 02 *Tramites legais (licenciamento)* com 14.73% do material analisado e uma correção de 0.46 ao subeixo anterior, refere-se aos tramites corriqueiros do projeto até a sua execução no ano de 2007, principalmente no que se refere à destinação de verbas para o projeto (representado pela palavra Recurso com o maior qui-quadrado na classe) e as licenças ambientais. As principais tentativas de angariar recursos para o projeto no governo FHC foram do então Ministro da Integração Nacional Ney Suassuna via empresa estatal espanhola Expansion Exterior e do governador da Paraíba José Maranhão através do Banco Mundial (Bird).

O #Ministro da #Integração #Nacional #Ney Suassuna #viaja #neste sábado 16, para Madrid, onde permanece até o #dia 21. Ele #vai negociar o #empréstimos. (Classe 02)

#Maranhão #viaja para #conhecer #projetos e #tentar #verbas do Bird. O #governador José #Maranhão, acompanhado dos #secretários #Luiz Augusto #Crispim #Comunicação, e Francisco #Sarmiento #Meio #Ambiente e #Recursos #Hídricos, #viaja sábado, 29, #aos Estados #Unidos. (Classe 02)

Além de angariar verbas para a transposição, parte das verbas advindas do empréstimo seria destinadas para o Programa de revitalização do rio São Francisco. Interessante observar que a revitalização do rio, principal questionamento dos opositores ao projeto, começa aos poucos ser defendida por aqueles que também são a favor do projeto.

No governo subsequente (governo Lula) a revitalização torna-se bandeira defendida também por aqueles a favor do projeto e por isso, agregada ao projeto de transposição. No entanto, apesar de agora também defenderem a revitalização do rio, esta continuava sendo uma questão polêmica que impedia a realização das obras, pois, existiam aqueles a queriam concomitantemente ao projeto e aqueles que a queriam antes do projeto. Este último argumento defendido pelo Bird.

Rejeitando a proposta do então governador da Paraíba José Maranhão, no ano 2005 o Bird faz uma análise do projeto da transposição e relata que o projeto deveria ser adiado, devendo ser feita a revitalização do rio. Além disso, segundo a análise seria necessário que em curto prazo os recursos deveriam ser investidos em sistemas de abastecimento local com o uso da água disponível, na construção de cisternas para captação de água das chuvas e na construção de mais adutoras.

As várias tentativas sem sucesso de angariar recursos fizeram com que o presidente FHC ponderasse também destinar parte do dinheiro arrecadado com a privatização da Chesf para a transposição. Tal medida foi apoiada pelo Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra e os governadores José Maranhão (Paraíba), Garibaldi Alves (Rio Grande do Norte), Tasso Jereissati (Ceará) e Jarbas Vasconcelos (Pernambuco). O governo de Pernambuco que até o momento tinha uma posição neutra em relação ao projeto, passa a apoiá-lo quando pondera-se a destinação das verbas da venda da Chesf para a transposição.

#Dinheiro da #Chesf #vai para transposição. O #Ministro da #Integração #Nacional #Fernando Bezerra confirmou ontem #aos #governadores José #Maranhão, Jarbas Vasconcelos, Garibaldi #Alves e Tasso #Jereissati, parte dos #recursos oriundos da #privatização da #Chesf #será #destinada à #transposição do #rio #São #Francisco. (Classe 02)

As licenças ambientais referem-se principalmente ao período entre os anos 2005 e 2007. Como já mencionado, esse período torna-se decisivo para o projeto porque tais licenças são os ordenamentos legais essenciais para a execução do projeto, expedidas pelo Ibama e pelo CNRH. As discussões, estudos e deliberações, referiam-se à viabilidade ambiental do projeto, que giravam entorno principalmente dos impactos ambientais com a construção dos canais, a quantidade de vazão disponível do rio para a transposição e o uso dessa vazão apenas para consumo humano e animal ou também para o uso econômico (irrigação).

#Bem como #identificar #locais para #acampamento e #avaliar o grau de dificuldade para #realização #das #obras, o #Ibama concedeu a #licença #prévia, estabelecendo as condições para a #viabilidade #ambiental. O #exército aguarda #ainda a #licença de #instalação, que autoriza o #início da #execução #das #obras. (Classe 02)

O exército brasileiro desde o início do governo FHC foi cogitado para executar o projeto da transposição. De ideia do deputado federal pela Paraíba Marcondes Gadelha, o uso do exército nas obras tinha intenção de baratear os custos e diminuir o tempo normalmente gasto com a burocracia.

A classe 03 *O projeto da transposição* com 15.34% do material analisado é a classe que se liga a todo o subeixo maior contendo as demais classes do subeixo I numa correlação de 0.42. Na classe estão presentes os elementos referentes a

descrição do projeto propriamente dito, no detalhamento dos canais dos eixos leste e norte, os lugares de captação das águas e o destino destas, que vão até às barragens, bacias, dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A obra prevê a construção de dois eixos, canais: um na direção leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba, a partir da captação no lago da barragem de Itaparica. (Classe 03)

Com quantidades de água limitada para o desenvolvimento socioeconômico da região, o projeto do rio São Francisco prevê a construção de dois canais: o eixo norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. (Classe 03)

O atual projeto, aprovado por unanimidade pelo Comitê de Bacia do rio São Francisco, prevê a captação de 1% do que o rio despeja no mar, para abastecer as bacias dos rios Jaguaribe, Ceará, Apodí, Rio Grande do Norte, Piranhas (Classe 03)

Boqueirão e Colapso, palavras com qui-quadrado na classe, mostram no governo FHC como a transposição estava ligada à uma estiagem que acometia o estado da Paraíba nos anos 1998 e 1999 e a consequente escassez de água no município de Campina Grande-PB. Em reportagem da Folha de São Paulo (07/11/1999) aquela estiagem tinha sido a mais severa em todo o século XX no estado da Paraíba, atingindo 193 municípios do estado e dizimando 70% do rebanho bovino.

Há muitos anos o açude Boqueirão não enche. Há pouco tempo seu nível de água ficou tão baixo que Campina Grande e as demais localidades por ele abastecidas sofreram um rigoroso racionamento de água. (Classe 03)

A ameaça de um colapso no sistema de abastecimento de água de Campina Grande, foi uma das principais preocupações da diretoria da associação comercial de Campina Grande. (Classe 03)

Em razão disso, as notícias no Jornal da Paraíba pedem urgência da transposição por causa do esvaziamento do açude do Boqueirão (que abastece o município de Campina Grande-PB) antes que provoque um colapso da água em todo o estado paraibano, como pode-se perceber nas reportagens:

“Para se ter um colapso d’água em Campina Grande, basta tão somente que o inverno do próximo ano nas cabeceiras do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), seja tão somente igual ao deste ano, ou seja, apenas regular...a melhor solução, que seria definitiva, era mesmo a transposição de águas do Rio São Francisco” (Jornal da Paraíba, 01/08/1999)

“A falta de água para beber, um drama que afeta a maioria da população do Estado, agudado pela sombria previsão dos meteorologistas de que serão escassas as chuvas nos próximos anos, trouxe à tona a discussão sobre a transposição do Rio São Francisco” (Jornal da Paraíba, 05/09/1999)

Os trechos das reportagens acima são emblemáticos, podendo-se perceber como a escassez de água nos anos 1998-1999 já era dependente dos índices pluviométricos, tendo a transposição como solução única para a problemática, ocorrendo de maneira semelhante na estiagem dos anos 2006 e 2007, como foi mencionado. Estes discursos se relacionam ao tema da transposição que se ligam às demais classes do primeiro eixo, visivelmente na classe 01, nos artigos do colunista Adalberto Barreto e classe 04, que trata das benesses do projeto da transposição.

Interessante observar que a classe que apresenta os personagens que são contrários ao projeto e suas razões que levam à oposição (classe 01), aparece no

dendrograma, não por acaso, numa menor correlação possível com as classes do segundo eixo, que mostram os personagens a favor do projeto. A seguir será apresentado as classes que fazem parte deste segundo eixo.

A classe 05 contendo 18.29% do material analisado mostra os *Personagens a favor do projeto*, principalmente de setores da igreja católica. A classe mostra uma série de atos praticados por esses personagens em prol da transposição do rio São Francisco, sendo os principais deles no governo FHC realizados pela Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande. Muitos desses atos na cidade de Santa Cruz – PB (palavra Cruz com um dos maiores qui-quadrados dentro da classe).

No governo Lula a Câmara Municipal de Campina Grande tomou as iniciativas de mobilização da população e organizou vários atos no próprio município de Campina Grande reivindicando a revitalização do rio São Francisco. Num desses atos chegou a reunir aproximadamente 10 mil pessoas. Como já foi dito antes, a revitalização que antes era uma reivindicação apenas dos opositores do projeto, no governo Lula aparece como reivindicação daqueles que também apoiam a transposição, sendo posteriormente agregada ao projeto.

Ainda neste governo, em 2005 foi criado o Comitê Paraibano de Defesa da transposição do rio São Francisco, com objetivo de defender a transposição perante a opinião pública paraibana nas audiências que foram realizadas pelo Ministério da Integração Nacional. O deputado federal na época Marcondes Gadelha (PTB-PB) foi um dos organizadores do comitê na época. Faziam parte do comitê o arcebispo Dom Aldo Pagotto, os pastores João Pereira Gomes e Estevão Fernandes, o presidente da OAB da Paraíba, José Mario, o Reitor da UFPB Rômulo Polan, marçonaria, Lyons, Rotary, representantes da federação das indústrias do estado da CLT, federação do comércio e clube de diretores lojistas.

#Membros do #Comitê #Paraibano #em #Defesa da #Transposição< se reuniram ontem no #auditório da #Fiep, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, em #Campina #Grande, para #discutir #estratégias da #mobilização #prevista para #acontecer no #próximo #dia 31 #na #cidade. (Classe 05)

O comitê tinha como presidente o arcebispo da Paraíba Dom Aldo Pagotto que chegou a promover mobilizações civis e políticas no estado da Paraíba. Este é o religioso católico a favor do projeto da transposição mais noticiado no governo Lula.

#Nosso #arcebispo, #Dom #Aldo #Pagotto, foi feliz ao #dizer que havia uma demonização nessa atitude de #negar água a #quem tem #sede, #pois #só a demonização #pode explicar tamanha mesquinha #vinda de #gente da região que #conhece o drama da seca. (Classe 05)

“O arcebispo é a favor transposição por acreditar que “as águas do Velho Chico vão trazer renda e acabar com a sede de milhares de pessoas carentes tão castigadas com a seca que maltrata a nossa região” (Jornal da Paraíba, 14/05/2005).

O Ministro da Integração Nacional na época Ciro Gomes é um personagem importante na viabilização de alianças políticas, essenciais para a execução do projeto em 2007. Ele é responsável, por exemplo, pelo Pacto pela transposição do rio São Francisco, que se refere ao firmamento de uma aliança entre o Ministério da Integração Nacional, o Governo da Paraíba (Cássio Cunha Lima) e a Casa Civil (Dilma Rousseff), com o objetivo do fortalecimento político e da sociedade civil em nível nacional.

O Ministro Ciro gomes relatou que aqueles que ganham com a secular indústria da seca no semiárido nordestino (políticos corruptos que remetem a época dos coronéis) são os principais responsáveis pelo governo sofrer resistências ao projeto. Explica o Ministro que o dinheiro gasto pelos governos em duas secas na região nos

momentos de estiagem que obrigam o sertanejo a optar pelos carros-pipas, seriam suficientes para pagar a obra da transposição e conseqüentemente o fim da indústria da seca com carros-pipas.

Uma parte das reações é pura safadeza, #porque tem #muita #estrutura #política antiga, viciada e coronelesca, que vive dessa #realidade, #disse Ciro Gomes. #Ele #ressaltou que, se o cidadão não tem para comer e #beber, #vai #precisar de #um #carro #pipa, que é contratado por #um #político na tradição viciada do passado. (Classe 05)

Por fim, a classe 07 contendo 18.29% do material analisado tem uma correlação de 0.66 com classe 05 (segunda maior correlação entre as classes) por apresentar as *Mobilizações políticas a favor do projeto*. Tais mobilizações que aparecem na classe acontecem principalmente no governo FHC, marcado por políticos dos partidos PMDB, PSDB e PFL – as siglas dos partidos aparecem na classe, sendo as duas primeiras com maiores qui-quadrado.

A análise das reportagens no governo FHC (PSDB) 1999-2002, inicia-se com a divisão dos grupos dos estados doadores e receptores das águas da transposição, que são respectivamente contra e a favor do projeto. Fazem parte dos estados doadores, e portanto a favor do projeto naquele momento, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, tendo o deputado federal pela Paraíba Marcondes Gadelha (PFL) como um dos políticos mais engajados e representantes desse grupo. No outro grupo tem-se os estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, contra o projeto, e o senador Antônio Carlos Magalhães (PF-BA) como personagem que mais aparece nas notícias representando este grupo.

#Na #oportunidade será exibido o #debate #sobre #transposição #rio #São #Francisco< transmitido #pela tv #senado, entre o #deputado #Marcondes Gadelha e o #senador Antônio Carlos #Magalhaes (Classe 07)

A oposição entre esses dois políticos citados acima é bastante clara e percorre todo o governo FHC. Como aparece na análise do *software*, participaram de um debate sobre a transposição transmitido pela de TV Senado para expor detalhes do projeto. O deputado Marcondes Gadelha explicita no debate o que seria um dos pontos que mais se oporiam aqueles que são contra o projeto, que é a quantidade de vazão possível para se retirar do rio São Francisco para consumo humano e animal quando houver necessidade, dando exemplo de outros países onde ocorreram a transposição, como pode-se perceber na reportagem:

Exemplificou Gadelha em determinado momento, que no exterior a maioria da porcentagem de transposição é de no mínimo 10% e até 70%, o que está acontecendo agora na África do Sul. O Rio Colorado (EUA) que possui apenas 700 m³s de vazão, cede água para a Califórnia e México. No Nordeste do Brasil desejasse apenas 3% das águas - 70 m³s, de uma vazão firme de 2.060 m³s, para o abastecimento humano e animal, o que seria utilizado somente quando houvesse necessidade do líquido, o que coincide com o período em que o rio está recebendo mais águas nas suas cabeceiras” (Jornal da Paraíba, 22/03/2000)

O Senador Antônio Carlos Magalhães responde afirmando que a transposição não é viável economicamente e relata a perda na produção de energia elétrica da Chesf com o volume da vazão que será desviada:

Sou contra e acho que todo brasileiro sensato é contra, afirmou ACM. A transposição não é boa para o Nordeste, não é boa para a Bahia, não é boa para o sistema elétrico e não é boa para os projetos de irrigação. Só tem pontos negativos, criticou (Jornal da Paraíba, 22/03/2000).

Nesse momento, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que é prefeito da cidade de Campina Grande e no governo posterior é governador da Paraíba com uma atuação

mais incisiva e a nível nacional, argumenta da urgência da transposição para livrar-se da dependência do açude Acauã, porque mesmo quando em níveis de armazenamentos bons a água vinda do rio Paraíba não é tratada.

As mobilizações políticas do prefeito de Campina Grande vão de um nível local com vereadores da cidade até o nacional, por exemplo, com os deputados federais Carlos Dunga (PMDB-PB), Armando Abílio (PMDB-PB), e o presidente da república. Contudo, é com o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) onde as articulações mais aparecem, sendo este, juntamente com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o responsável pela articulação da união da bancada nordestina em prol do projeto.

#Cassi #Cunha #Lima terá uma #audiência #amanhã #com o #presidente #FHC, ele estará em companhia dos #deputados #federais Carlos Dunga e #Armando #Abílio. O #grupo pode ser reforçado ainda #pela #presença do #senador #Ronaldo #Cunha #Lima. (Classe 07)

#Parlamentares tratam #sobre a #transposição com #ministro. O #senador #Ronaldo #Cunha #Lima #PMDB #foi #recebido #ontem às 16h, em #audiência #especial pelo #Ministro da #Integração #Nacional, #Fernando #Bezerra. (Classe 07)

O senador Ronaldo Cunha Lima foi o responsável por mobilizar a bancada nordestina no Congresso Nacional em busca de apoio para a transposição. Segundo Ronaldo “a grave situação do semiárido regional, que o inimigo maior é a seca” e depois completa “sem a transposição o quadro irá se agravando cada vez mais, com as populações atingidas ficando em situações cada vez mais aflitivas” (Jornal da Paraíba, 05/09/1999).

Ronaldo Cunha Lima e o senador Ney Suassuna, são os elos de comunicação dos estados receptores das águas da transposição com o governo federal, que é

representado pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso e o senador pelo estado do Rio Grande do Norte e Ministro da Integração Nacional no ano 1999-2000 Fernando Bezerra Coelho (PMDB).

O Ministro da Integração chamou a atenção para a possibilidade de um colapso no abastecimento de água nas metrópoles Recife, Fortaleza, e nos centros João Pessoa e Campina Grande, caso o projeto não fosse executado. Além de considerar a transposição como um projeto de responsabilidade nacional, e não somente do Nordeste ou do semiárido nordestino (tal qual o presidente FHC), Bezerra entende o projeto como essencial para desenvolvimento do nordeste, como forma de proporcionar a permanência do nordestino na sua região: “Oito milhões de nordestinos serão beneficiados diretamente, e a transposição ajudará a fixar o nordestino em sua região, evitando que ele migre e passe constrangimentos nos grandes centros como São Paulo, por exemplo - disse o ministro” (Jornal da Paraíba, 09/04/2000).

Fernando Bezerra também aparece em frequentes audiências com o governador da Paraíba José Maranhão (PMDB) para tratar do tema da transposição. José Maranhão pede a solidariedade dos estados que têm água para com aqueles que não a tem, numa menção aos estados doadores e sua união para com o projeto, entendendo-o como solução para acabar com a fome advindo com os períodos de estiagem.

O #governador #José #Maranhão desembarcou #ontem em #Brasília e #teve #audiência com o #Ministro da #Integração #Nacional #Fernando #Bezerra, #sobre #transposição de águas do #São #Francisco. (Classe 07)

Como já mencionado, o senador Ronaldo Cunha Lima desempenha com Senador paraibano e Ministro da Integração Nacional no ano de 2001 Ney Suassuna (PMDB) a função de articular políticos em defesa dos interesses do Nordeste, dentre eles a união de forças da bancada nordestina para a transposição.

Contudo, suas ações vão além das articulações dos políticos nordestinos e de diferentes legendas, indo ao encontro, por exemplo, dos meios de comunicação de expressão no país. Numa oportunidade o senador foi até às revistas *Época*, *Isto É*, *Veja* e nos jornais *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, em busca de apoio e divulgação do projeto.

Assim, como defensor declarado do projeto da transposição, Suassuna entende a transposição como a salvação do Nordeste da seca, que levará esperança para o povo nordestino: “Ele classificou, ainda, a transposição como sendo um projeto redentor. Mais do que levar água, levará esperança de vida mais digna à população do semiárido paraibano, bem como dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e de Pernambuco” (*Jornal da Paraíba*, 14/05/2005). Além disso, aos contrários ao projeto, Suassuna chama de ato anticristão não dar água a quem tem sede: “é inconcebível que alguém seja contra dar água a quem tem sede. Isso é até um ato anticristão, disse” (*Jornal da Paraíba*, 13/10/2005)

#Na #opinião de #Ney #Suassuna o #trabalho e a união da #bancada #nordestina, #juntamente #com o #apoio do #líder do governo, #senador #Jose #Roberto Arruda #PSDB (Classe 07)

Passando para o governo Lula, o presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba o deputado Romulo Gouveia (PSDB-PB) foi bastante noticiado sobre a questão do abastecimento de água da cidade de Campina Grande. Para Gouveia a transposição iria resolver a questão do colapso de água na cidade, fenômeno que provocou racionamento de água, como já mencionado antes: “Vamos nos unir para que a transposição seja uma realidade e possamos afastar o fantasma do racionamento para sempre, frisou Gouveia” (*Jornal da Paraíba*, 15/11/2005).

Romulo Gouveia aparece em vários encontros com o vice-presidente da República José Alencar (PL) sobre assuntos da transposição. Numa audiência com o

vice-presidente, Romulo comenta sobre as mobilizações políticas em prol da transposição e considera o projeto como a salvação do Nordeste: “Isso mostra que estamos no caminho certo no processo de mobilização, não só da classe política, mas de toda a sociedade nordestina, em favor do projeto que será a redenção de nossa região, comentou o parlamentar” (Jornal da Paraíba, 05/08/2005).

#Foi o que garantiu #ontem, durante extenso #pronunciamento na #tribuna, o #presidente da #casa, #deputado #Romulo #Gouveia, #PSDB. Os #deputados decidiram convocar o #vice-presidente da #república, #José #Alencar, PL, que está a frente da discussão em nível #nacional, para voltar a #debater o #assunto na Paraíba em #sessão #especial a ser realizada no #plenário da #assembleia. (Classe 07)

A participação do vice-presidente José Alencar para a efetivação do projeto ocorre logo no início do mandato do governo Lula em 2003. O compromisso em realizar o projeto no início do mandato, fez o presidente da república designar a Jose de Alencar a coordenação de um grupo de trabalho para definição técnica do projeto de transposição. O grupo era composto por representantes dos Ministérios da Integração Nacional, Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente e Casa Civil que tinha o objetivo realizar os estudos de revitalização e transposição de parte das águas do Rio São Francisco.

A seguir será feita a discussão dos resultados a luz da teoria das Representações Sociais, buscando identificar processos de objetivação e ancoragem sobre a transposição e temas correlatos, como Seca, Nordeste, Semiárido nordestino, e também a compreensão de como o jornal se enquadra nos Sistemas de Formação

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – Estudo 01 (Jornal da Paraíba)

A partir dos resultados descritos é possível perceber que as posições contra e favor da transposição do rio São Francisco sempre estiveram presentes desde o início do governo FHC (1999-2002) até o final do governo Lula (2003-2008). Essas posições surgem nos estados da federação doadores e receptores das águas da transposição, contra e a favor do projeto respectivamente, e ganham voz nos diferentes personagens políticos e da sociedade civil ao passo dos anos.

Assim, tentaremos traçar uma linha temporal atravessando os dois governos citando sempre que conveniente os personagens dos estados contra e a favor do projeto, procurando mostrar como e porque essas posições se justificam. Dessa forma, ao longo dos anos, nos dedicamos a entender quais elementos representacionais vão se agregando ao objeto social da transposição do rio São Francisco e em que esses elementos se ancoram e objetificam.

Em relação ao grupo dos estados receptores das águas da transposição e a favor do projeto (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), o ponto de partida ocorre no início governo FHC. Naquele momento cogitava-se haver um colapso de água no estado da Paraíba com esvaziamento do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), por causa do baixo índice pluviométrico na região em decorrência da estiagem dos anos 1998 e 1999.

O açude do Boqueirão tem a finalidade de perenizar o rio Paraíba, gerar energia elétrica e abastecer 26 municípios das microrregiões do Cariri e Agreste do estado da Paraíba, incluindo a cidade de Campina Grande (Rego et al. 2013). Devido a sua importância no abastecimento hídrico no estado da Paraíba, o possível esvaziamento do açude foi bastante noticiado pelo jornal e aparece na classe 04 do dendrograma com as palavras Boqueirão e Colapso.

Como pode-se perceber nos resultados, as reportagens sobre essa estiagem mostram como a ausência de chuvas naquele período foram determinantes para a

escassez de água na região, de maneira semelhante nas estiagens que ocorreram no Nordeste no século XIX (Duarte da Costa, 2010). Nota-se, portanto, que um século depois, a atribuição dos fatores físico-climáticos através da imprevisibilidade pluviométrica ainda é responsabilizada como causa única da falta de água no semiárido Nordestino.

O semiárido brasileiro compreende a parte interiorana dos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais, no qual, reside 40% da população do Nordeste, sendo a região semiárida mais populosa do mundo (Suassuna, 2005). O baixo índice pluviométrico dessa região é notório e pode ser percebido comparando-se com outras regiões por exemplo. Enquanto que apenas no estado de São Paulo a pluviosidade atinge valores de 1.900 mm anuais, todo o semiárido encontra-se numa média de 750mm anuais (Kosminsky & Zuffo, 2009).

Contudo, as consequências da estiagem traduzido no fenômeno da seca, que referem-se aos períodos dos mais baixos índices pluviométricos, é complexa e envolve questões geográficas, climáticas, econômicas, políticas e culturais, não devendo ser reduzida a apenas uma destas variáveis. Rebolças (1997) e Zuffo e Kosminsky (2009), explicam que o problema crucial de abastecimento de água no Brasil, e em parte da região Nordeste, não é causado pela ausência de chuvas, mas pelo estabelecimento de um sistema eficiente e integrado de gerenciamento das águas. A escassez de água na região semiárida estaria ligada então ao mal gerenciamento e aproveitamento das águas existentes na região, no qual, busca-se a convivência com a seca e não a sua eliminação (Pomponet, 2009).

Como forma de convivência com a seca, Pomponet, (2009) e Ribeiro (2010) salientam que é necessário atentar para as reservas de águas subterrâneas no semiárido, que são suficientes para atender a todos os usos e necessidades hídricas

da região. O aproveitamento dessas águas passa pela construção de barragens, adutoras e a potencialização dos 70.000 mil açudes particulares e 960 públicos já existentes, como medidas de convivência com a seca e melhor gerenciamento das águas.

Para dar exemplo do mal gerenciamento das águas na região até então, o lago artificial de Sobradinho-BA mostra-se como um fenômeno emblemático. Segundo Siqueira filho (2012), o lago artificial da barragem, maior da América-Latina, situado na região semiárida do estado da Bahia tem guardado 34,1 bilhões de metros cúbicos com potencial hídrico para abastecer um quantitativo 140 milhões de pessoas, no entanto, a sua finalidade é voltada apenas para a regulação das águas para geração de energia das usinas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) ao longo do rio São Francisco.

Todavia, foi em meio a estiagem dos anos 1998 e 1999 que o projeto da transposição surgiu como solução para a problemática dos efeitos da seca, segundo as reportagens. Essa correlação entre o projeto da transposição e a solução para a seca no Nordeste é apontada por Meiron, (2009), Ribeiro, (2010) e Castro, (2011), quando observam que o projeto sempre foi cogitado nas épocas de calamidades de falta d'água, aparecendo como única medida eficaz e definitiva para a problemática da seca.

As ocorrências naturais das estiagens que historicamente acometem a região Nordeste e a solução para as suas consequências, são os elementos representacionais basilares que vão se ligar aos demais e ancorar às representações sociais a favor da transposição do rio São Francisco. Os efeitos arrasadores das estiagens ligados à ideia de seca são bastante conhecidos e temidos pelo sertanejo nordestino, no qual, o jornal esforça-se por criar um clima de tensão e alerta para mais uma possibilidade de ocorrência de escassez de água.

Num largo tempo histórico, a seca foi combatida através de grandes projetos de engenharia que prometiam a remediação dos seus efeitos. A transposição é então apresentada como mais um desses projetos, que anunciavam a eliminação definitiva da escassez de água e por isso disseminada por políticos do estado da Paraíba como a salvação dos efeitos da estiagem, configurando-se assim num sonho do povo nordestino de livrar-se da secular problemática da seca, presente na classe 06 - *O que a transposição representa para o Nordeste/nordestino*.

Nos anos 1999 e 2000 as discussões sobre o projeto referiam-se sobre a quantidade de vazão possível para se retirar do rio São Francisco. A retirada de parte da vazão foi usada como argumento a favor do projeto porque visava transparecer que a quantidade de água a ser retirada seria irrisória e jogada no mar. Esse argumento se liga ao próprio objetivo do projeto que trata de “garantir o mínimo de água para beber para o povo nordestino” (Jornal da Paraíba, 07/05/1999), fala do ex-presidente FHC.

Esses discursos são acompanhados da possibilidade de matar a sede do sertanejo, onde aqueles que são contra ao projeto “não querem ver a água abundante do rio ir matar a sede de seus irmãos sertanejos” (Jornal da Paraíba, 07/03/2000). Como já mencionado, a falta de água para abastecimento humano no semiárido tem raízes históricas devido às consequências da estiagem, por isso, a retirada da vazão do rio na possibilidade de matar a sede do sertanejo torna-se elemento representacional que se ancoram no fenômeno da seca. Nos anos 1998 e 1999 a estiagem era uma realidade presente naquele momento. Dessa forma, esses argumentos se complementavam, pois, seria impensado não concordar em ofertar uma quantidade ínfima de água que seria jogada no mar, para pessoas que historicamente passaram e passam sede no presente momento.

Isso justifica, por exemplo, a grande quantidade de reportagens nos anos 2000. É por estar vivenciando a estiagem considerada a mais severa do século que o apoio à

transposição pelo presidente da república é firmado e paralelamente o projeto começa a ser entendido por políticos do estado da Paraíba como uma política pública importante para o Brasil, o Nordeste e para o povo nordestino.

A transposição então torna-se urgente naquele momento porque se tratava de uma questão de sobrevivência das populações que habitam o semiárido nordestino, como relata o próprio ex-presidente FHC: “Não se trata de irrigação, mas de sobrevivência das populações” (Jornal da Paraíba, 05/04/1999). Essa forma de entendimento aparece no início do governo FHC e percorre até o final do governo Lula, concomitantemente ao discurso da geração de emprego.

No final do governo FHC a irrigação começa a ser ponderada e depois agregada ao projeto no governo Lula em 2004. A geração de emprego e renda são propósitos do projeto como forma de evitar a migração do sertanejo nordestino para as regiões sul e sudeste do país e proporcionar o impulso para o desenvolvimento do semiárido - presente na classe 06.

Os discursos da geração de emprego e renda são elementos representacionais que se ligam também às consequências das estiagens, pois, a falta de água contribui para as migrações forçadas e impede o desenvolvimento econômico da região. Assim, esses discursos se ancoram no histórico das várias migrações do sertanejo nordestino às principais capitais do Brasil, principalmente para a região sudeste e Amazônica na época do ciclo da borracha (Nascimento, 1998). A partir disso, essas representações são então objetivadas na imagem do sertanejo miserável, sedento e retirante.

Juntamente a isso, o nordeste alimenta o imaginário social brasileiro como uma região inóspita, de atraso tecnológico, muita miséria e carcaça de animais, por consequência da seca (Leitão & Santos, 2012), vide às desconsiderações de investimentos nessa região, que são também elementos representacionais que se ligam. É por isso, por exemplo, que a transposição é vista como forma de

compensação e pagamento de uma dívida histórica, aparecendo em várias reportagens.

A partir do que foi dito, pode-se então perceber que para o grupo dos estados a favor do projeto, as representações sociais sobre a transposição ancoram-se nos efeitos da estiagem, traduzido no fenômeno da seca. O fenômeno histórico das estiagens no Nordeste e o conseqüente medo de uma possível seca, os discursos da vazão do rio para saciar a sede do sertanejo e do projeto como obra pública para eliminar a seca e propiciar o desenvolvimento econômico do semiárido, se ancoram e são objetivados na imagem do nordestino, pobre, sedento de água e retirante.

No grupo dos estados contrários à transposição (sendo os principais Bahia, Sergipe e Alagoas) os argumentos surgem simultaneamente aos discursos favoráveis ao projeto, às vezes como resposta a estes discursos. A discussão da retirada da vazão do rio no início do governo FHC é usada também como argumento contra ao projeto, porque se temia o esvaziamento do leito do rio.

O rio São Francisco é o elemento representacional principal das representações sociais contra o projeto da transposição. É o estado degradante do rio e as conseqüências ambientais das intervenções humanas que vão ancorar e objetivar os elementos representacionais contra o projeto da transposição.

O argumento da vazão do rio se liga ao estado degradante do rio São Francisco, marcado pela erosão, poluição e impactos da intervenção humana. Os estados opositores ao projeto, tendo como porta voz o senador na época Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmam ser impossível retirar água do rio São Francisco, como pode-se perceber nesta reportagem:

As afirmações dos senadores Antônio Carlos Valadares e Alberto Silva e outros representantes de Sergipe, Bahia e Alagoas, foram bastante claras: não será possível tirar mais água do rio para socorrer o Nordeste. O Rio São Francisco

está na UTI, disse um. É uma transfusão de sangue que somente pode ser feita por um doador em perfeito estado de saúde. O Rio São Francisco está doente. Não pode doar sangue. (Jornal da Paraíba, 05/04/2000)

A condição degradante do rio é então objetivada na figura de uma pessoa doente à beira da morte na UTI de um hospital, necessitando de cuidados médicos. A metáfora da retirada de sangue de um paciente doente para a retirada de água de um rio degradado complementa essa discussão da vazão do rio, pois, seria impossível retirar sangue de um paciente terminal e retirar água de um que está doente.

O discurso da revitalização aparece nesse momento. A revitalização, por meio das matas ciliares, liga-se aos elementos representacionais anteriores, pois, seria a medida eficaz em resposta ao estado degradante do rio, ou mesmo, o remédio necessário para o rio que estaria doente.

Essa forma de objetivação do rio São Francisco numa pessoa debilitada também aparece no estudo de Carvalho e Espíndula (2014) sobre a transposição do rio São Francisco nos jornais pernambucanos:

“O “Velho Chico” é objetivado na imagem de uma pessoa doente e na fase terminal, precisando urgentemente de cuidados, e isso é ancorado em ideias que o apresentam pela fraqueza e debilidade, inerentes ao doente. Outra imagem é de um rio com sede e fome. Quem está com sede não pode mais ceder água, mas sim receber água e outros cuidados. A revitalização por meio das matas ciliares e do saneamento significa os cuidados necessários para a salvação do “risco de vida” do rio”” (p.148)

A revitalização do rio, principal questionamento dos opositores ao projeto no governo FHC, começa então a ser defendida por aqueles que também são a favor do projeto. Em 2005, no governo Lula, a revitalização torna-se crucial para a outorga das

licenças ambientais e por isso torna-se bandeira defendida também por aqueles a favor do projeto e agregada ao projeto de transposição.

Como mencionado, os argumentos contra ao projeto surgiam também em resposta aos argumentos a favor. A transposição como uma obra pública que eliminaria a seca, configurando-se como a salvação do nordeste e o sonho do nordestino por exemplo, é usada como argumento contrário ao projeto por causa do histórico de obras hídricas inconclusas na região Nordeste.

Dessa forma, o projeto da transposição também estaria ancorado a um fenômeno histórico no Nordeste denominado de indústria da seca. A promessa de que determinadas obras hídricas iriam eliminar a seca, mas tinham interesses escusos subjacentes, se ligam ao elemento representacional da possibilidade do projeto como um projeto de irrigação com objetivos financeiros e não para matar a sede do sertanejo. Assim, a inviabilidade social do projeto por não saciar a sede do sertanejo é apresentada então como elemento representacional contra o projeto.

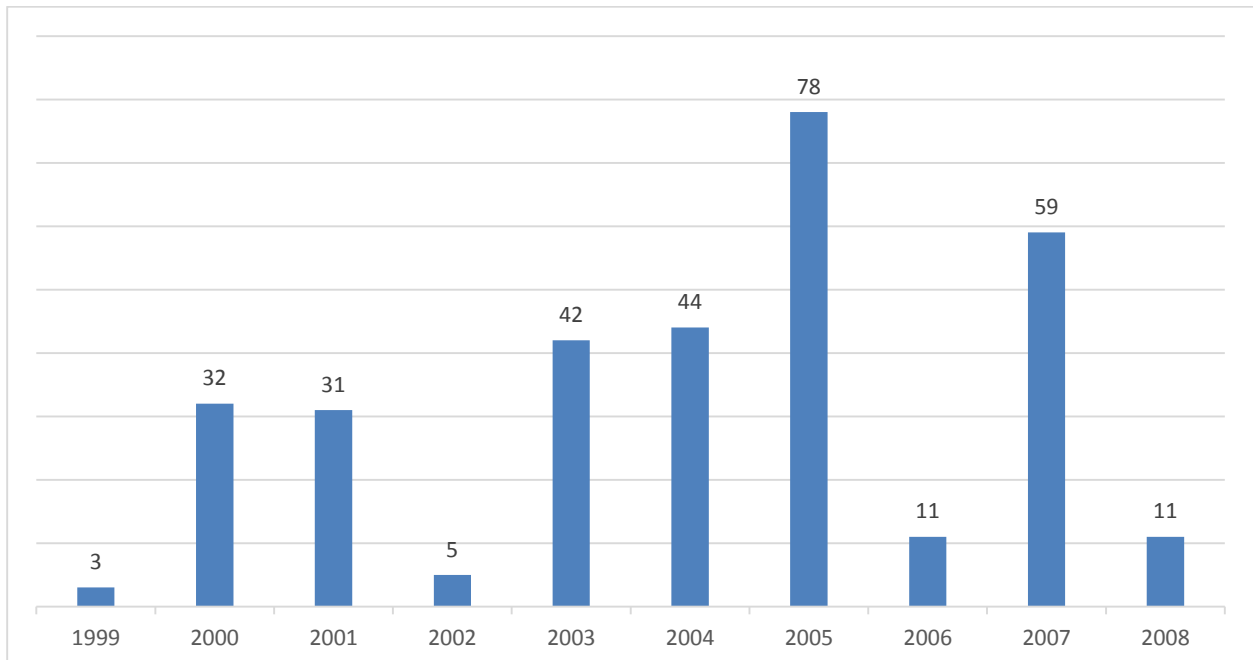
No que se refere aos meios de comunicação pode-se perceber o seu papel atuante em busca de apoio da população para o projeto da transposição. Logo no início do governo FHC as diversas manobras e articulações entre diversos meios de comunicação davam indícios da importância desses veículos na busca e sedimentação de apoio popular e político para o projeto.

Dentre essas articulações podemos citar, por exemplo, os esforços da rede de rádios nordestinas para mobilizar autoridades e a opinião pública do nordeste em prol da transposição, organizada pelo presidente da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP). E uma outra, já mencionada nos resultados, o encontro do senador Ney Suassuna com meios de comunicação de expressão no país, também em busca de apoio e divulgação do projeto.

Em relação ao Jornal da Paraíba, algumas características indicam que o jornal encaixa-se na *Propaganda* como Sistema de Comunicação (Moscovici, 2012). A intenção explícita de mobilizar políticos do estado da Paraíba, as iniciativas de articulação e sedimentação de uma bancada nordestina que brigasse pelos interesses do nordeste, a busca de apoio popular ao projeto da transposição do rio São Francisco, todo esse conjunto de fatores indica uma tentativa de mudança de atitude da população do estado da Paraíba e dos políticos da região Nordeste em relação ao projeto da transposição, ou seja, em prol do projeto.

6. RESULTADOS – Estudo 02 (Jornal Estado de Minas)

Figura 03 - Número de reportagens publicadas sobre a transposição do rio São Francisco no jornal Estado de Minas durante os anos 1999-2008



A figura 01 apresenta o número de reportagens sobre a transposição do rio São Francisco no Jornal Estado de Minas ao longo de 10 anos. Conforme a figura 01,

podemos perceber que há uma maior quantidade de reportagens em determinados períodos, sendo eles nos anos 2000 e 2001, entre os anos 2003 e 2005 e no ano 2007.

O elevado número de reportagens nos anos 2000 e 2001, período do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), deve-se ao momento em que o mesmo assume o compromisso de executar o projeto e é realizado uma série de audiências públicas nos estados doadores e receptores das águas da transposição, a fim de debater com a sociedade civil o projeto. No ano 2001, o governo federal dá andamento legal ao projeto sem levar em consideração a revitalização do rio São Francisco antes de transpor as águas, tal qual foi idealizado pelo governo do estado de Minas Gerais. A insatisfação, principalmente com o tratamento dado pelo governo federal no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) sobre a revitalização do rio São Francisco foi crucial para torna o projeto alvo de críticas e que vai servir de argumento contra o projeto durante todo esse ano.

Nos anos entre 2003 e 2005, período referente ao primeiro mandato do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as reportagens mostram as primeiras especulações sobre a transposição do rio São Francisco até o momento em que é novamente debatido com a sociedade civil por meio das audiências públicas. Em 2003, o desvio do curso natural do rio São Francisco pela Companhia Industrial e Agrícola do Oeste de Minas (Ciaom) soma-se aos danos ambientais causados à bacia, no qual, debate-se a recuperação do rio antes do início das obras. Este episódio vai ser bastante polemizado nos anos seguintes:

“O desvio feito pela Companhia Industrial e Agrícola do Oeste de Minas no São Francisco soma-se a uma série de danos ambientais causados à bacia ao longo dos anos. Agressões que revelam a necessidade de, antes de discutir a transposição, cuidar da revitalização do rio São Francisco” (Jornal Estado de Minas, 10/08/2003)

No ano 2004 a agregação ao projeto da transposição da utilização de parte das águas para fins de irrigação, levado até o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) para ser deliberado nas consultas públicas, torna-se a tônica principal durante todo o período. Face à negativa do CBHSF em conceder as águas para irrigação, há uma grande cobertura do jornal com reportagens que mostram a tentativa do governo federal em passar a decisão do destino das águas transpostas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

O ano 2005 começa com a cobertura das audiências públicas de licenciamento ambiental pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O período das audiências públicas do Ibama, talvez seja o momento mais acalorado do debate ao longo dos 10 anos de repercussão da temática, por causa das manifestações mais ríspidas daqueles contrários ao projeto frente aos andamentos legais. É nesse momento que são concedidas as licenças ambientais e é possível vislumbrar pela primeira vez o início das obras para esse ano:

“Apesar dos protestos dos ambientalistas e de alguns governadores, o Ministério da Integração Nacional conseguiu a licença prévia do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e vai publicar até quarta-feira o edital de licitação para a escolha das empresas que vão realizar as obras” (Jornal Estado de Minas, 11/05/2005)

“Governo mantém proposta. Apesar de todos os protestos e manifestações contrárias ao projeto de transposição do rio São Francisco, o governo federal mantém o propósito de iniciar este ano as primeiras obras. O edital já foi lançado, prevendo a licitação para o fim deste mês” (Estado de Minas, 22/05/2005)

A possibilidade da concretude de execução do projeto nesse ano teve como resposta a tomada de medidas mais enérgicas daqueles que são contrários, como por

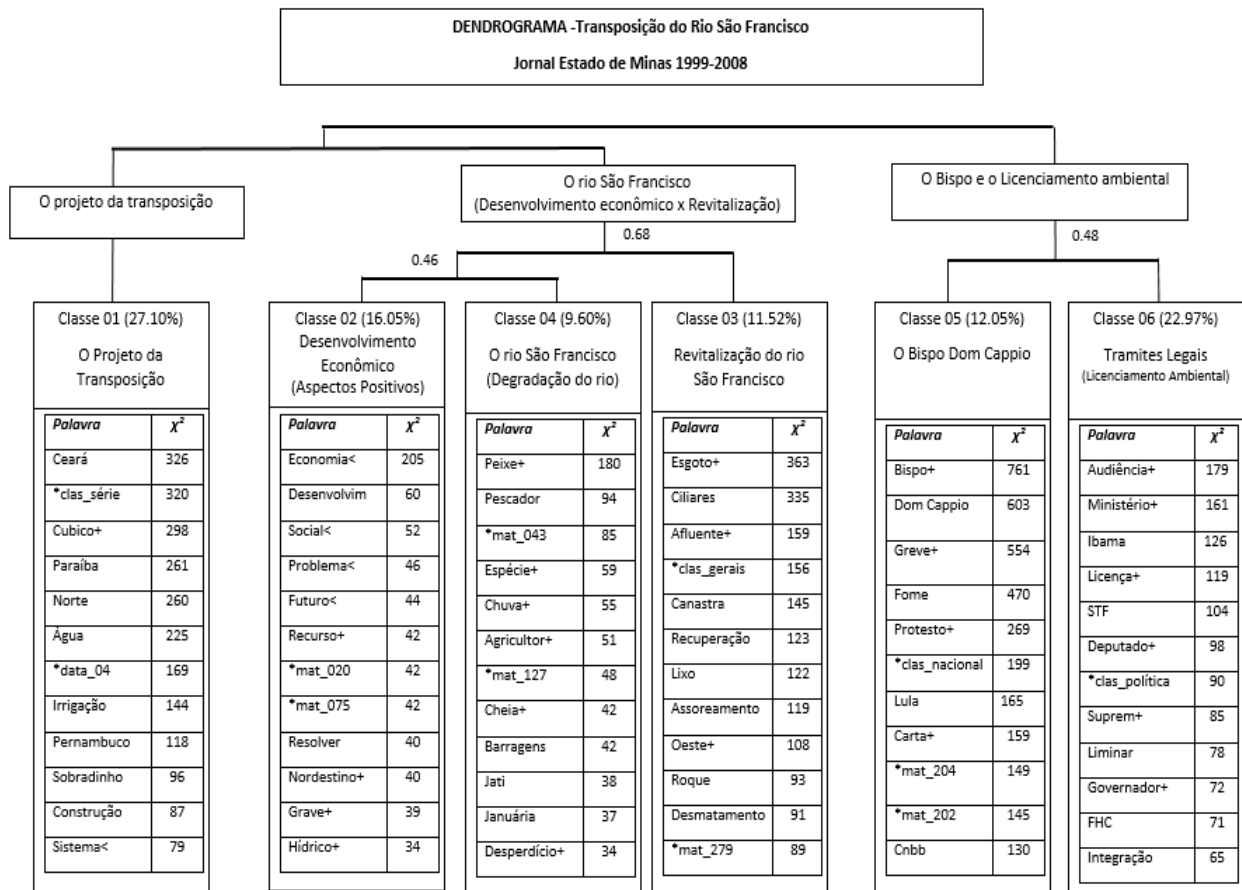
exemplo, a greve de fome do Bispo Dom Cappio. Além disso, a iniciativa de um Plebiscito pelo deputado Luiz Carreira (PFL-BA); as ações judiciais impedindo a realização de reuniões do CNRH; e a interrupção das audiências públicas que seriam realizadas em Belo Horizonte - MG e Montes Claros - MG, são episódios polêmicos que se somam e são bastante noticiados no período.

Por fim, o ano 2007 é o ano que, segundo o jornal Estado de Minas, “a transposição do rio São Francisco está sacramentada”. Embora, seja o ano em que o secular projeto da transposição finalmente é executado, determinando o aumento das reportagens, esse ano também foi bastante controverso, a começar pela segunda greve de fome do Bispo Dom Cappio.

Ademais, o ano 2007 é marcado pela numerosa quantidade de liminares judiciais emitidas de diversos órgãos estatais e civis contrários à transposição, que impediam o seu andamento. Sobre isso o jornal comenta: “Pelo menos 15 ações estão sendo movidas no Supremo Tribunal Federal (STF) por instituições contrárias à transposição” (260). Semanas depois, o jornal noticia a suspensão das ações pelo Superior Tribunal Federal, determinando o início das obras:

“Dupla vitória do governo em relação à transposição. Primeiro, o ministro Carlos Alberto Direito derrubou a liminar concedida, semana passada, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, suspendendo a obra. Depois, o plenário do STF, por 6 votos a 3, rejeitou um recurso do Ministério Público para paralisar os trabalhos (Estado de Minas, 13/04/2007)

Os acontecimentos até agora mencionados serão retomados a seguir na descrição dos resultados a partir do software Alceste sob a forma de dendrograma.



A análise hierárquica descendente preservou 80.16% de todo o material processado. Como mostra a figura 02, a análise apontada pelo programa apresenta seis classes organizadas em torno de três grandes eixos: 1.O projeto da transposição; 2.O rio São Francisco (Desenvolvimento econômico x Revitalização) e 3.O Bispo e o Licenciamento ambiental.

O primeiro eixo, O projeto da transposição, apresenta apenas a classe 01 que descreve *O projeto da transposição* do rio São Francisco. O segundo eixo denominado O rio São Francisco (Desenvolvimento econômico x Revitalização) é composto pelas classes 02 (*Desenvolvimento econômico – aspectos positivos*) e 04 (*O rio São Francisco – Degradação do rio*), que se ligam numa correlação de 0.46, e que por sua vez ligam-se à classe 03 (*Revitalização do rio São Francisco*) numa correlação de 0.68. Por fim, o terceiro subeixo, O Bispo e o Licenciamento ambiental, agrupam as classes

05 (*O Bispo Dom Cappio*) e 06 (*Tramites legais – Licenciamento ambiental*) numa correlação de 0.48.

A começar pelo eixo O projeto da transposição, este apresenta a classe 01 em sua composição. A classe em questão descreve o projeto da transposição do rio São Francisco a partir dos canais leste e norte que percorrem os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, citando os pontos de captação localizados em Cabrobó-PE e no lago de Itaparica, no mesmo Estado.

O empreendimento prevê a construção de dois canais, o leste levará água para Pernambuco e Paraíba e o norte atenderá Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em Cabrobó e no lago de Itaparica, ambos abaixo da barragem de Sobradinho (Classe 01)

O preço da megalomania. A transposição rio São Francisco vai custar ao Brasil quase uma usina hidrelétrica do porte de Três Marias. São 206 megawatts, representados pelas perdas de geração de eletricidade nas usinas da Chesf, no nordeste, somadas a energia que será gasta no bombeamento da água para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (Classe 01)

O vale do Assu é também chamado de polígono do camarão, é uma cultura que consome no mínimo duas vezes mais água do que a agricultura irrigada. O estado do Rio Grande do Norte consome atualmente 32 metros cúbicos por segundo de água, cerca de um terço desse volume, 11, 11 metros cúbicos por segundo, e absorvido pelos criatórios do crustáceo, o principal produto de exportação do estado (Classe 01)

Como é possível perceber na análise ascendente realizada pelo Alcest, o jornal entende o projeto como megalomaniaco por exigir investimentos perto do que custaria

uma hidrelétrica do porte da Três Marias. A usina de Três Marias está localizada na região central do Estado de Minas Gerais e tem capacidade para abastecer 1,1 milhões de pessoas ao custo de aproximadamente R\$ 2 bilhões (Cemig, 2012). Além do alto investimento, a retirada de parte da vazão traria prejuízos à geração de energia à pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), com perdas estimadas de 206 megawatts a serem utilizadas também para o criatório de camarão no estado do Rio Grande do Norte.

A possibilidade de uso das águas da transposição para fins econômicos, como o criatório de camarão, refere-se ao momento do governo Lula no ano de 2004 em que é agregado ao projeto da transposição a utilização de parte das águas para a irrigação, sendo levado até ao Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) para ser deliberado nas consultas públicas. A utilização das águas da transposição para irrigação é então encabeçada pelo vice-presidente José Alencar, responsável por desengavetar o projeto neste governo e mobilizar os estados doadores e receptores das águas. Como já demonstrado mais acima, há uma grande quantidade de reportagens que cobrem a realização dessas consultas públicas, que assim como as audiências públicas no ano 2000 e 2001 no governo FHC, foram diversas vezes impedidas de serem realizadas pelos ambientalistas, políticos e da sociedade civil organizada, tornando esse fato a tônica principal do jornal durante todo o ano 2004.

O uso das águas da transposição para fins econômicos (criatória de camarão e irrigação) faz com que o projeto seja então questionado em seu principal objetivo de levar água para abastecimento humano no semiárido nordestino, o que vai estimular a afirmação de um posicionamento contrário ao projeto do próprio jornal Estado de Minas. A oposição ao projeto não ocorre nos anos anteriores, pois as críticas dizem respeito à revitalização do rio, mas não uma oposição ao projeto da transposição - o que poderá ser percebido e detalhado mais adiante no subeixo O rio São Francisco

(Desenvolvimento econômico x Revitalização). Como exemplo, no ano de em 2004 o jornal lança uma série de 16 reportagens denominada “A verdade sobre a transposição do rio São Francisco”, questionando o real objetivo do projeto da transposição e demarcando definitivamente uma posição avessa ao seu desenvolvimento projeto:

“No Vale do Rio Assu, no Rio Grande do Norte, região que será beneficiada pela transposição, não há sinal de miséria na paisagem. O que se vê são bombas de exploração de petróleo e criatórios de camarão... nada melhor do que uma visita ao Vale do Rio Assu para derrubar o argumento de que a transposição rio São Francisco vai levar água para uma população sedenta e miserável”
(Estado de Minas, 25/05/2004)

Juntamente à ideia das intenções subjacentes ao real objetivo da transposição, o projeto também é comparado ao histórico de obras públicas de abastecimento hídrico e irrigação que estão inconclusas. A série de reportagens traz o exemplo dos projetos de irrigação São Gonçalo e Várzeas de Souza na cidade de Souza-PB: A história dos projetos de irrigação São Gonçalo e Várzeas de Sousa revela como, em nome da população assolada pela seca, centenas de milhões de reais são investidos em obras conflitantes e ineficazes, muitas vezes contaminadas por disputas políticas locais (Estado de Minas, 12/06/2004). Segundo o jornal o projeto São Gonçalo foi planejado para ter três mil hectares de lavouras e atualmente irriga 1,5 mil hectares apenas nos anos em que há reserva de água nos açudes associados. No caso do projeto Várzeas de Sousa inaugurado em 2002 ao custou de R\$ 105 milhões, nenhum hectare é irrigado.

O subeixo O rio São Francisco (Desenvolvimento econômico x Revitalização) é composto pelas classes 02 (*Desenvolvimento econômico – Aspectos positivos*) e 04 *O rio São Francisco (Degradação do rio São Francisco)* e que por sua vez se ligam à classe 03 (Revitalização do rio São Francisco). A classe 02 apresenta a transposição

como uma medida necessária para o desenvolvimento da região Nordeste que se justificada por ser o resgate de uma dívida social do país à região.

4, 8 bilhões #não deve #ser visto #como a #solução final dos #problemas do nordeste, mas #atenderia #às #necessidades de água de parte das #populações sujeitas a seca e que #representa uma parcela #importante de #um conjunto de medidas necessárias ao #desenvolvimento da #região e ao resgate da chamada dívida #social do #país com aquelas #comunidades (Classe 02)

As classes 02 e 04 ligadas em correlação de 0.46 abordam o desenvolvimento econômico e a degradação do Rio São Francisco. A degradação é percebida como consequência da construção de hidroelétricas, uso abusivo de agrotóxicos por plantadores de cana e poluição urbana, afetando diretamente na reprodução e desaparecimento de determinadas espécies de peixes.

Aí acaba #tudo, #afirma. #José Augusto #dos #santos, 63 #anos, #pescador aposentado, também #lamenta a destruição do São Francisco, que #hoje, #com a construção das hidrelétricas, não #tem #mais água em #quantidade suficiente para garantir a reprodução #dos #peixes (Classe 04)

Os #plantadores de cana usam agrotóxicos e #fazem pulverização #com máquinas aéreas, #denuncia o ambientalista. #José Maria de #Souza, de 56 #anos, #sempre morou na #beira do rio São Francisco e #está assustado (Classe 04)

#Hoje é garrafa plástico, bicho morto, #tudo quanto é #porqueira. #Estão acabando #com o rio e #com os #peixes. Segundo #José #Francisco, as #chuvas diminuíram e reduziram também as #cheias do #São #Francisco (Classe 04)

Tanto no governo FHC quanto no Lula, o estado de degradação em que se encontra do rio São Francisco é sempre lembrado e comparado a épocas passadas. A

partir dos relatos de pescadores, barranqueiros e ribeirinhos, é possível constatar uma imagem um rio São Francisco discrepante do rio São Francisco lembrado no passado e apresentado no presente no que se refere aos aspectos e nível da água, estrutura física do rio e alternativas de pesca de determinadas espécies de peixe:

#José #Francisco Ramos, 65 #anos, #hoje #está aposentado, #mas acompanha #com tristeza a degradação do São Francisco. #Antes, o rio era todo limpo, #agora, #está #mais estreito, #com essas garrafas plásticas chegando até #aqui, protesta (Classe 04)

Ele conta que #antes #pescava #muito Matrinchã. #Hoje não encontra #mais essa #espécie de #peixe. O #ultimo que pescou foi em 81. #Hoje não #tem #mais #nada, #está #tudo limpo. Antônio raramente #sai para #pescar, preferindo #comprar o #peixe (Classe 04)

#Antes o rio São Francisco enchia, #hoje não enche #mais, #com #isso o #peixe não #tem #mais condições de fazer a desova, #afirma Antônio da Costa e Silva, 55 #anos de idade e 30 de #pesca (Classe 04)

Juntamente a isso, somam-se os relatos dos pescadores José Carlos e Sebastião Marcolino são depoimentos que se somam: “antigamente, o rio São Francisco era mais largo e mais fundo. Tinha mais peixe” (Estado de Minas, 25/06/2003). Sebastião Marcolino relata sobre rio São Francisco há 30 anos, mostrando e mostra a preservação das suas matas ciliares, e com as diversas espécies de animais que existiam às suas margens do rio São Francisco: “há cerca de 30 anos atrás a beira do rio São Francisco era cheio de mato”, com muitos bichos, incluindo onças e capivaras. Também havia jacarés, principalmente nas lagoas marginais. Mas, a espécie praticamente desapareceu também por causa da pesca predatória”, diz o Tião Pescador (Estado de Minas, 25/06/2003)

A classe 03 liga-se às classes anteriores (classes 02 e 04) por apresentar a medida necessária para a degradação do rio São Francisco e a possibilidade então de realização da transposição. A revitalização do rio é entendida como medida eficaz para o combate à sua degradação e para a sua preservação degradação do rio, através do tratamento dos esgotos domésticos, recuperação das matas ciliares, eliminação do garimpo, controle da mineração, monitoramento da cunha salina, etc.

Entre as #medidas de #revitalização do rio defendidas pelo ambientalistas, estão o #tratamento dos #esgotos #domésticos, #recuperação #das #matas #ciliares, eliminação do #garimpo, #controle da mineração, #monitoramento da #cunha salina #na #foz do #rio São Francisco, #além de #várias #medidas que visam a #proteção da #fauna e flora da região (Classe 03)

#Revitalização #transposição #deveria ser feita somente após a implantação de uma #serie de #medidas #destinadas a revitalizar #toda a #bacia, com a construção de #estações de #tratamento de #esgotos nas #cidades #ribeirinhas recomposição #das #matas #ciliares (Classe 03)

#Antes de se pensar em transposição é preciso #cuidar do #rio #São #Francisco, que está doente, ele afirma que o #assoreamento do #leito do #São #Francisco, a #poluição de suas #águas e o #desmatamento #das #matas #ciliares #são as #principais #causas da enfermidade do #rio #São #Francisco que tem influído #diretamente #na miséria da população #ribeirinha (Classe 03)

As críticas ao projeto da transposição em Minas Gerais ocorrem em torno da questão da revitalização do rio São Francisco, surgindo o impasse entre aqueles que a querem antes das obras e aqueles que a querem concomitantemente. Os principais críticos no governo FHC, além do governo do estado, foram as Organizações Não-

Governamentais (ONG) e os ambientalistas, insatisfeitos principalmente com o tratamento dado no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) sobre a revitalização do rio São Francisco.

“As ONGs entendem que antes de se discutir a obra em si, o que tem que ser debatido é a situação ambiental da bacia do São Francisco, fato que, no entender das entidades, não está contemplado no Rima do projeto...entre as medidas de revitalização do rio defendidas pelos ambientalistas, estão o tratamento dos esgotos domésticos, recuperação das matas ciliares, eliminação do garimpo (Estado de Minas, 22/03/2001)

O Rima diz respeito a um parecer técnico feito pelo governo federal sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos do projeto da transposição, incluindo as medidas de revitalização do rio São Francisco. A discrepância entre o que é apresentado pelo Rima e o idealizado pelos ambientalistas/ONGs e o governo do estado mostram a insatisfação do estado de Minas Gerais como um todo em relação à questão da revitalização do rio São Francisco, mas não uma oposição ao projeto.

Nos anos 1999 e 2000 o governo do estado de Minas Gerais, tendo o Itamar Franco (PMDB-MG) como governador, segue também nessa perspectiva e não se posiciona contra ao projeto. Para Itamar Franco, o projeto da transposição poderia ser exequível desde que antes fosse realizada a revitalização do rio São Francisco na sua nascente e afluentes. Contudo, no ano 2001 o governo federal dá andamento legal ao projeto sem levar em consideração a recuperação do rio São Francisco, tal qual idealizado pelo governo do estado de Minas Gerais, fazendo com que este ameace ir à justiça para impedir o início das obras em razão do baixo nível da água e o desaparecimento de determinadas espécies de peixe: “Itamar exige revitalização do rio São Francisco antes da transposição, que já perdeu muita água e mais de 200 espécies de peixe” (Estado de Minas, 24/05/2001)

No governo Lula, de forma semelhante ao governo antecessor, as preocupações do estado de Minas Gerais e dos ambientalistas dizem respeito novamente ao estado degradante do rio e as discussões sobre o projeto dizem à sua revitalização antes do início das obras, no qual, a sobrevivência do rio São Francisco é amplificada nos debates. O presidente do Comitê da Bacia do rio Paraopeba, Mauro da Costa Val, chama a atenção para a sobrevivência do rio, caso a revitalização não seja realizada: “Se não quiserem que o rio São Francisco sobreviva, tem que tratar o esgoto, tem que preservar suas matas (Estado de Minas, 08/09/2003). O jornal Estado de Minas mostra a revitalização do rio antes das obras, também como medida para salvação do mesmo o rio da morte iminente: “hoje, uma verdade precisa ser dita: antes de sua revitalização, em território mineiro, tirar água do São Francisco é condená-lo à morte. A grande bandeira de Minas e do Brasil deve ser esta: salvemos o rio São Francisco” (Estado de Minas, 09/10/2003).

Como já mencionado antes anteriormente, é nesse momento que o desvio do curso natural do rio São Francisco pela Companhia Industrial e Agrícola do Oeste de Minas (Ciaom) aparece nas reportagens e soma-se aos danos ambientais causados à bacia, debatendo-se a recuperação do rio antes do início das obras. O desvio do curso natural do rio São Francisco pela Ciaom foi realizado em 1983 com o objetivo de aumentar a área plantada de cana-de-açúcar. A drenagem de duas lagoas marginais, que serviam como berçário de peixes e garantiam a manutenção da fauna aquática, foram transformados plantios de cana-de-açúcar e pastagem para o gado.

O terceiro Subeixo denominado O Bispo e o Licenciamento Ambiental tem na sua composição as classes 05 (*O Bispo Dom Cappio*) e 06 (*Tramites Legais – Licenciamento Ambiental*), numa correlação de 0.48. A classe 05, que trata do Bispo Dom Cappio, descreve o cotidiano da greve de fome e as negociações do governo com o Bispo.

Canja na primeira refeição após #jejum. #Depois de 11 #dias de #greve #fome, o #Dom Cappio, #BA #fez a primeira refeição #uma canja #ao meio dia de #ontem, na casa vizinha a #capela São #Sebastiao, #onde se instalou(Classe 05)

O #Bispo do município de #Barra #BA, #Dom Cappio, entregou #ontem, no #palácio do #planalto, #uma #carta #ao #presidente #lula. #Presidente #manda ministro #negociar. #depois de enviar um emissário do #palácio do #planalto com #uma #carta do #presidente #lula (Classe 05)

O #ministro de relações institucionais, Jaques #Wagner, embarca hoje para #Cabrobó, #PE, para #conversar com o #Dom Cappio, #BA. #Governo garante que #acordo com #bispo vai ser cumprido para #reafirmar #compromisso do #presidente #em #promover mais #debates (Classe 05)

Nesses 10 anos de elaboração do projeto de transposição, o Bispo Dom Cappio realizou duas greves de fome em protesto. A primeira greve de fome aconteceu em data de outubro de 2005, permanecendo por 11 dias em jejum até que Lula arquivasse o projeto. A segunda aconteceu em novembro de 2007, e ele permaneceu 24 dias sem ingerir alimentos em razão do processo licitatório determinando o início das obras. A repercussão da greve de fome causou a comoção da opinião pública, estimulando manifestações de apoio nos estados de Minas Gerais, Brasília, Bahia e Pernambuco.

Mineiros dão #apoio a #bispo. #integrantes de #entidades contrarias a #transposição rio #São #Francisco estão se revezando, #desde quinta #feira, #em um #jejum de #apoio #ao #Bispo de barras, #BA, #Dom #Luiz Flávio #Cappio, que retomou a #greve de #fome em 27 de #novembro (Classe 05)

Milhares de #pessoas #participaram, no #centro de salvador, de #uma #caminhada da #praça da piedade #até à #igreja de #São #Francisco no pelourinho, #em #apoio #ao #rio #São #Francisco e #ao #bispo (Classe 05)

#Todos são adultos, maiores de idade, senhores de si, #disse o #religioso. Novas adesões um grupo de #dez #integrantes da comissão #pastoral da terra, #CPT, de #Alagoas #começou, #em Maceió, #uma #greve de #fome #em #solidariedade #ao #Bispo (Classe 05)

As greves de fome reivindicações do Bispo Dom Cappio, no ano 2005 e 2007, aconteceram em épocas específicas em que foi possível vislumbrar o início das obras da transposição por meio dos processos licitatórios realizados pelo Ibama, CBHSF e CNRH, autorizando as licenças ambientais para execução do projeto. A classe 06, Tramites Legais (Licenciamento Ambiental), relaciona-se a classe 05 numa correlação de 0.48 por apresentar os tramites legais desses processos licitatórios, como pode ser visto na análise ascendente a seguir.

O presidente do #Ibama, Marcus Barros, assinou a #licença de #instalação da #Transposição do #rio #São #Francisc< e, anteriormente, o #Ministério da #Integração #Nacional publicou o aviso de #licitação #pública da #primeira #etapa da #obra (Classe 06)

O #Vice #presidente do superior #tribunal de #justiça, STJ, #ministro #Francisco Peçanha Martins, #determinou a #suspensão do procedimento licitatório do #Ministério da #Integração #Nacional referente às #obras da #Transposição #rio #São #Francisc< (Classe 06)

Advocacia Geral da #União, #AGU, #entrou ontem, no #STF, com reclamação constitucional contra a #liminar do STJ, da 1 região, em #Brasília, que suspendeu as #obras de #Transposição #rio #São #Francisc< (Classe 06)

O #governo não respeitou a #decisão do #STF, #supremo #tribunal #federal ao suspender a #liminar contra a #licença #previa do #Ibama. O #ministro #Sepulveda colocou como condicionante para liberar o #início das #obras a #realização de #audiências #publicas que não ocorreram, explica (Classe 06)

A análise realizada pelo programa também mostra o embate de decisões judiciais entre STF, STJ, TRF, Advocacia Geral da União (AGU), suspendendo e autorizando o início das obras da transposição como também das audiências públicas. As audiências públicas que são os momentos em que o governo federal discute com a sociedade civil determinada política pública, foram as principais causas do aumento de reportagens sobre a transposição no ano 2000 e 2001 pelas polêmicas geradas nos constantes impedimentos de serem realizadas.

No governo FHC o prelúdio da realização das audiências é também o momento no qual as articulações políticas e posições contra e a favor começam a se formar, determinando os futuros encaminhamentos legais do projeto da transposição. Essas posições políticas ocorrem fora do estado de Minas Gerais e aparecem entre os estados Nordestinos, fato denominado pelo jornal de “Águas da Desunião Nacional”, alusão ao rio São Francisco, o rio da integração nacional. Contrários ao projeto tem-se os estados doadores das águas da transposição e a favor os estados que são beneficiados com as águas: “De um lado da polêmica, os Estados que seriam beneficiados: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Do outro, aqueles que poderiam sofrer perdas, especialmente ambientais, com a captação da água: Bahia, Sergipe e Alagoas” (Estado de Minas, 04/03/2000). Dessa forma, configura-se como estados contrários à transposição Bahia, Sergipe e Alagoas, tendo o senador na época Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) como porta voz do grupo, enquanto que os estados favoráveis ao projeto são Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, no qual, o ex-presidente FHC e o ministro da integração nacional na época Fernando Bezerra Coelho (PMDB-RN) são as figuras públicas que mais aparecem nas reportagens em nome destes estados.

Segundo o jornal do Estado de Minas, no governo FHC das nove audiências previstas para serem realizadas apenas quatro aconteceram, sendo que as cinco

audiências canceladas foram nos estados de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e Bahia e as quatro audiências realizadas foram nas cidades de Fortaleza-CE, João Pessoa-PB, Natal-RN e Salgueiro-PE (Estado de Minas, 05/05/2001). Percebe-se com isso assim um claro acirramento entre os que os estados onde foram canceladas e realizadas as audiências, já que demonstra claramente o acirramento das posições contra e a favor do projeto, pois, as audiências foram realizadas apenas nos estados beneficiados com as águas, enquanto que as audiências que foram impedidas de se realizarem localizavam-se nos estados doadores das águas da transposição.

Interessante observar que os fatos que contribuíram para o acirramento político entre os estados nordestinos, também contribuíram para a união de forças contra o projeto da transposição de partidos da oposição como o PSDB e partidos da base de apoio ao presidente Lula - o PTB e PT. A iniciativa contou com a aliança de 109 parlamentares com o objetivo de inviabilizar política e financeiramente o projeto: “Parlamentares de Minas, Sergipe, Bahia e Alagoas (que somam um total de 109 parlamentares) negociam para atuar em conjunto (Estado de Minas, 03/05/2005).

A pressão de governos estaduais e ambientalistas contra o projeto, que provocaram o cancelamento das audiências públicas, foi um dos motivos para que o projeto da transposição não fosse executado no governo FHC. O jornal Estado de Minas nomeia três fatos fundamentais que impediram a concretização do projeto nesse governo, são eles: 1. Cancelamento das Audiências Públicas, 2. Saída do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) no cargo de Ministro da integração Nacional, 3. Racionamento de água em várias regiões do país.

Nos anos entre 1999 e 2002 alguns municípios mineiros e estados nordestinos vivenciavam um período de estiagem e o desvio das águas do São Francisco comprometeria a geração de energia nas usinas de Xingó, Sobradinho e Paulo Afonso.

Dessa forma, o projeto é arquivado e volta à mesa de negociações no governo subsequente sendo executado apenas no ano de 2007.

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – Estudo 02 (Jornal Estado de Minas)

A partir dos resultados descritos é possível perceber que as posições contra e favor da transposição do rio São Francisco estiveram presentes no governo FHC (1999-2002) e durante todo o governo Lula (2003-2008). Essas posições surgem nos estados da federação doadores e receptores das águas da transposição e ganham voz nos diferentes personagens políticos e da sociedade civil ao passo dos anos, contribuindo por existir representações interdependentes e correlatas contra e favor sobre da transposição.

De forma semelhante ao que foi realizado no estudo anterior, seguiremos uma linha temporal atravessando os dois governos citando sempre que conveniente os personagens dos estados contra e a favor do projeto, procurando mostrar como e por quê essas posições se justificam. Dessa forma, ao longo dos anos, nos dedicamos a entender quais elementos representacionais vão se agregando ao objeto social da transposição do rio São Francisco e em que esses elementos se ancoram e objetificam.

Contrários ao projeto no governo FHC tem-se os estados doadores das águas da transposição e a favor os estados que são beneficiados com as águas. Assim, configura-se como estados contrários à transposição Bahia, Sergipe e Alagoas, tendo o senador na época Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) como porta voz do grupo, enquanto que os estados favoráveis ao projeto são Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, no qual, o ex-presidente FHC e o ministro da integração nacional na época Fernando Bezerra Coelho (PMDB-RN) são as figuras públicas que

mais aparecem nas reportagens em nome destes estados. A relação de estados contra e a favor do projeto indica que essas posições políticas contra e a favor ocorrem fora do estado de Minas Gerais no governo FHC e aparecem entre os estados Nordestinos, fato denominado pelo jornal de “Águas da Desunião Nacional”, alusão ao rio São Francisco, o rio da integração nacional.

No governo Lula os estados contrários ainda são os estados doadores das águas da transposição e a favor os estados que são beneficiados com as águas. No entanto, nesse governo, Minas Gerais aparece junto aos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, como estados contrários à transposição tendo o Bispo Dom Cappio e os movimentos sociais, ambientalistas, políticos, como porta vozes do grupo, enquanto que os estados favoráveis ao projeto permanecem os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, no qual, o ex-presidente Lula, o ex-vice-presidente José Alencar e o ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, são as figuras públicas que mais aparecem nas reportagens em nome destes estados.

Dito isso, em relação ao grupo dos estados doadores das águas da transposição, e portanto contra o projeto, os elementos representacionais começam a aparecer no governo FHC a partir do ano 2000 e agrupados no subeixo O rio São Francisco (Desenvolvimento econômico x Revitalização) a começar com a classe 04 *O rio São Francisco (Degradação do rio)*. A degradação do rio São Francisco percebida como resultado da construção de hidrelétricas, uso abusivo de agrotóxicos e a poluição urbana, faz com que os movimentos sociais e ambientalistas constatem a fragilidade do rio São Francisco, objetivando o estado em que se encontra o rio numa pessoa doente, necessitando de cuidados, como nos exemplos a seguir: “As ações aceleradas para a transposição do rio São Francisco são como extrair sangue de doente combalido. Todos sabemos que a bacia do rio São Francisco está degradada”; “Anêmico não doa sangue” (Estado de Minas, 16/05/2003).

“Retirar mais água de um que está já definhando pode significar a decretação de sua sentença de morte. O rio São Francisco é como uma pessoa. Se ela está doente, porque não tratar de sua saúde primeiro? Porque não dar ao rio São Francisco uma boa dose de vitaminas? Assim, haverá água para todos (Estados de Minas, 11/04/2002)

Essa forma de objetivação do rio São Francisco numa pessoa debilitada também aparece no estudo de Carvalho e Espíndula (2014) sobre a transposição do rio São Francisco nos jornais pernambucanos. Segundo o estudo, a imprensa apresenta o rio a partir de uma imagem degradada, desmatado, poluído e assoreado:

“A imprensa local representa o rio a partir de uma imagem degradada, objetivada como um rio com pouca água, desmatado, poluído e assoreado. Essa imagem é reproduzida em um discurso recorrente em várias reportagens durante o período numa tentativa de chamar a atenção para a revitalização do rio, ao invés de se retirar mais água via transposição” (p.140-141)

Com base nesses elementos que apresentam do rio São Francisco, os autores completam: “Para esse jornal, o “Velho Chico” é objetivado na imagem de uma pessoa doente e na fase terminal, precisando urgentemente de cuidados” (148)

A consequência da degradação e o temor do esvaziamento da bacia faz com que os movimentos sociais e ambientalistas clamem pela a sobrevivência e salvação do rio São Francisco. Tanto no governo FHC, quanto no governo Lula, o estado de degradação em que se encontra o rio São Francisco é também ancorado no estado físico do rio São Francisco em épocas passadas, a partir de relatos de pescadores, barranqueiros e ribeirinhos. Nos relatos é possível constatar o saudosismo de um rio São Francisco vigorante, “cheio de mato” (referência a preservação das matas ciliares),

“com muitos bichos”, como onças, capivaras, jacarés, discrepante ao que é rio São Francisco se mostra no presente.

Como já dito nos resultados, as preocupações do estado de Minas Gerais e ambientalistas dizem respeito à revitalização do rio São Francisco antes do início das obras, no qual, a sobrevivência do rio São Francisco é amplificada nos debates. A discussão da revitalização do rio São Francisco, presente na classe 03, é a medida eficaz para a degradação do rio através do tratamento dos esgotos domésticos, recuperação das matas ciliares, eliminação do garimpo, controle da mineração e monitoramento da cunha salina. Assim, a revitalização seria o “remédio” necessário para o tratamento de uma enfermidade que seria a degradação, o antídoto para um rio que está doente.

Até o ano 2004 a revitalização antes do início das obras era o principal questionamento do estado de Minas Gerais como um todo, não se configurando assim como uma oposição ao projeto. Contudo, nesse ano, o uso das águas da transposição para fins econômicos, criatório de camarão e irrigação, faz com que o projeto seja então questionado em seu principal objetivo de levar água para abastecimento humano no semiárido nordestino, encadeando a afirmação de todo um posicionamento contrário ao projeto. O projeto da transposição é então ancorado ao secular histórico de obras públicas de abastecimento hídrico e irrigação inconclusas semiárido nordestino. A série de portagens Verdades sobre o rio São Francisco traz o exemplo dos projetos de irrigação São Gonçalo e Várzeas de Souza ambos na cidade de Souza-PB que foram investidos centenas de milhões de reais e nunca foram concluídos. A transamazônica, obra pública de grande dimensão que abriu rodovias que interligavam os estados da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, considerada pelo jornal como uma obra “faraônica”, também é lembrada e comparada ao projeto da transposição – projeto megalomaniaco - como mais uma obra de alto custo e considerada também a

redenção da região Amazônica, mas nunca foi concluída (Estado de Minas, 25/06/2004).

Dessa forma, podemos constatar que as representações sociais dos posicionamentos contra ao projeto da transposição são representações primeiramente direcionadas ao rio São Francisco que se ligam ao projeto da transposição. As preocupações com a revitalização do rio São Francisco antes do início das obras fazem com que os elementos representacionais sobre o rio São Francisco sejam objetivados na figura de uma pessoa doente, necessitando de cuidados, a partir do seu estado degradado, e ancoradas ao estado do rio em épocas passadas, com suas matas ciliares preservadas, água límpida e grande diversidade de animais. O uso das águas da transposição para fins econômicos que leva o encadeamento de todo um pensamento de oposição ao projeto, é então ancorado ao secular histórico de grandes obras públicas de abastecimento hídrico e irrigação inconclusas semiárido nordestino, com os exemplos São Gonçalo, Várzeas de Souza e transamazônica.

No que se refere aos estados receptores das águas da transposição, e portanto a favor do projeto, os elementos representacionais aparecem na classe 02 - *Desenvolvimento Econômico (Aspectos positivos)*. A classe em questão apresenta a transposição como uma medida necessária para o desenvolvimento da região Nordeste que se justifica por ser o resgate de uma dívida social do país à região. O desenvolvimento econômico do nordeste a partir da transposição aparece principalmente nas falas do Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, quando afirma por exemplo, “que não existe desenvolvimento econômico no Nordeste sem a transposição rio São Francisco” (Estado de Minas, 10/11/2004). Ou mesmo, em outro trecho de reportagem no governo FHC:

“Mais de oito milhões de pessoas terão água garantida, cerca de um milhão de empregos poderão ser gerados, 300 mil nordestinos do campo deixarão de

migrar. Ou seja, finalmente uma boa parte do Brasil hoje condenada à estagnação econômica e ao atraso social terá condições de prosperidade” (Estado de Minas, 22/07/2001)

O Nordeste, e principalmente o semiárido nordestino, alimenta o imaginário social brasileiro como uma região inóspita, de atraso tecnológico e muita miséria em decorrência da seca (Leitão & Santos, 2012). Dessa forma, os discursos da geração de emprego e renda são elementos representacionais que se ligam a ideia à seca, porque as consequências desse fenômeno contribuem para as migrações forçadas e estagnação do desenvolvimento econômico da região. Assim, os discursos do desenvolvimento econômico também se ancoram no histórico das várias migrações do sertanejo nordestino às principais capitais do Brasil, principalmente para a região sudeste e Amazônica na época do ciclo da borracha (Nascimento, 1998). A estagnação econômica e a miséria da região Nordeste, aparecem também como consequência dos poucos investimentos dos governos ao longo de décadas na região, por isso a transposição é vista como forma de compensação e pagamento de uma dívida histórica, sendo elemento representacional que se liga aos anteriores.

Dessa forma, a possibilidade de desenvolvimento econômico e remediação dos efeitos da seca mostram o projeto como redentor do Nordeste/nordestino: “Perdeu a Nação brasileira uma excelente oportunidade de ver construída esta monumental obra de engenharia que faria a redenção do Nordeste brasileiro” (Estado de Minas, 11/06/2001); “uma obra para fins múltiplos e que poderia ter sido a redenção do Nordeste” (Estado de Minas, 03/05/2000).

A correlação entre o projeto da transposição e a solução para a seca no Nordeste é apontada por Meiron, (2009), Ribeiro, (2010) e Castro, (2011), quando observam que o projeto sempre foi cogitado nas épocas de calamidades de falta

d'água, aparecendo como única medida eficaz e definitiva para a problemática. Num largo tempo histórico, a seca foi combatida através de grandes projetos de engenharia que prometiam a remediação dos seus efeitos. A transposição é então apresentada como mais um desses projetos que anunciavam a eliminação da escassez de água e por isso disseminada pelo jornal como a solução dos efeitos da estiagem, configurando-se assim na redenção do povo nordestino de livrar-se da secular problemática da seca.

Em relação ao jornal Estado de Minas, algumas características indicam que o jornal encaixa-se na Propagação e também Propaganda (Moscovici, 2012). A Propagação como Sistema de Comunicação direcionada a grupos sociais específicos (Allain, Nascimento-Schulze & Camargo, 2009), parece dirigir suas reportagens ao público mineiro em geral e também ao ribeirinho, pescador, barranqueiro, por causa grande quantidade de reportagens sobre o rio São Francisco. Haja vista que o rio São Francisco nasce no estado mineiro, podemos dizer que a proximidade com o rio contribuiu para uma maior quantidade de reportagens que tratavam da revitalização do rio, mostrando maneiras que o degradavam, localidades em que o rio estava mais vulnerável e discutindo soluções para a sua recuperação.

O direcionamento das reportagens a ribeirinhos e pescadores em virtude da proximidade com o rio São Francisco aparece também no estudo de Carvalho e Espíndula (2014). O jornal Gazzeta, por estar localizado no município de Petrolina-PE semiárido nordestino e banhado pelas águas do rio São Francisco, dirige suas notícias a um público que vive próximo ao rio e depende diretamente de suas águas, no qual, questões do cotidiano do rio aparecem nas notícias, diferente do Jornal do Commercio:

“O jornal Gazzeta, por lidar com uma população que vive perto do rio e depende diretamente de suas águas, apresenta em seus discursos elementos de

representação voltados às questões funcionais do cotidiano, tais como agricultura, a pesca de subsistência, a poluição e o assoreamento, enquanto o *Jornal do Commercio*, inserido no centro político-econômico do Estado de Pernambuco” (p.149)

A maneira como o jornal trata o projeto da transposição no governo FHC (1999-2002) e início do governo Lula (2003-2004) parecer ser imparcial. As notícias transmitem os argumentos de ambas as posições e parece acompanhar a discussão como expectador, principalmente sobre as disputas políticas entre os estados/políticos nordestinos. Como já mencionado, as críticas quando aparecem dizem respeito a exigência da revitalização do rio São Francisco antes do início das obras, mas não uma oposição ao projeto. Essa postura frente ao projeto nesses anos do governo FHC e início de Lula pode ter contribuído para uma postura mais “neutra” com intenções de transmitir informações sobre o cotidiano do rio e demonstrar preocupações com a sua revitalização.

No entanto, no ano 2004 a possibilidade de uso das águas da transposição para fins econômicos, irrigação e criatório de camarão, faz com que o jornal mude a sua postura em relação ao projeto e apresente traços do Sistema de Comunicação a Propaganda. Nesse momento o foco do jornal é o projeto da transposição, no qual, há o levantamento de questionamentos em relação aos objetivos de matar a sede do sertanejo, ancorado no histórico de obras públicas inconclusas de abastecimento hídrico. Esses questionamentos são expostos e materializados na série de reportagens “A verdade sobre a transposição do rio São Francisco”, admitindo posicionamento frente ao objeto em questão (Ferreira, 1995; Aléssio, Apostolidis & Santos, 2008) e por isso os conteúdos e as formas das notícias se assemelham à Propaganda.

8. CONCLUSÃO

A partir dos resultados do presente estudo é possível perceber que as posições contra e favor da transposição do rio São Francisco sempre estiveram presentes desde o início do governo FHC (1999-2002) até o final do governo Lula (2003-2008) em ambos os jornais. Concluímos que essas posições de aprovação e desaprovação ao projeto estão diretamente ligadas aos estados da federação que são doadores e receptores das águas da transposição.

Ao que parece, os estados que doam as águas são majoritariamente contra ao projeto em virtude dos impactos ambientais gerados ao rio São Francisco. Levando-se em consideração de que o rio, em vários pontos ao longo de sua extensão, encontra-se suficientemente degradado, a defesa da revitalização do rio e oposição mais contundente ao projeto se agrava. Na outra ponta, os estados que são beneficiados com as águas prezam tão somente pela superação da escassez de água. A não proximidade com o rio São Francisco e o iminente risco de vivenciar mais uma seca, impulsionam a tratar o projeto com extrema urgência para saciar a sede e “menos preocupação” com o rio.

Isso tem total relação com os jornais e sua função a partir dos Sistemas de Comunicação (Moscovici, 2012). É possível afirmar que a posição do jornal em relação ao fenômeno que se leva em consideração determina os conteúdos e as formas das reportagens, orientando assim as representações sociais sobre esse fenômeno. No caso da transposição temos duas situações claras de como distintas posições em relação à transposição (estar localizado num estado doador ou receptor das águas da transposição) influencia sobre o que é noticiado, corroborando também o estudo realizado por Carvalho e Espíndula (2014).

No jornal Estado de Minas, por estar localizado no Estado de Minas Gerais, estado onde encontra-se a nascente do rio São Francisco e corta parte do estado, as notícias buscam a revitalização e mostram o cotidiano do rio, a partir de relatos de pescadores, ribeirinhos, o que indica um tipo de notícia específica diferente da encontrada no Jornal da Paraíba, no qual, busca-se apoio popular ao projeto da transposição a partir do ideário de seca e “menos preocupação” com o rio, como dito antes.

Os resultados nos dois estudos, traduzidos a partir do dendograma, mostram que os jornais possuem representações sociais sobre a transposição semelhantes e discrepantes. Nos discursos contra o projeto da transposição no Jornal da Paraíba, o rio São Francisco é o elemento representacional principal. É o estado degradante do rio e as consequências ambientais das intervenções humanas que vão ancorar e objetivar os elementos representacionais contra o projeto da transposição. De forma semelhante, no jornal Estado de Minas as representações sociais dos posicionamentos contrários ao projeto também referem-se ao estado degradado do rio São Francisco, objetivado na figura de uma pessoa doente, necessitando de cuidados, no entanto, difere-se ao jornal da Paraíba por ancorar no estado do rio em épocas passadas, com as matas ciliares preservadas, água límpida e grande diversidade de animais. Essa discrepância se acentua porque o projeto é ancorado também ao secular histórico de obras públicas inconclusas no semiárido nordestino, com por exemplos, os casos de São Gonçalo, Várzeas de Souza e transamazônica.

Em relação aos discursos a favor do projeto, as representações se assemelham em ambos os jornais nos elementos que tratam do desenvolvimento econômico do semiárido nordestino em consequência do projeto da transposição. Contudo, o jornal da Paraíba se diferencia do outro jornal quando as representações sociais sobre a

transposição ancoram-se nos efeitos da estiagem, traduzido no fenômeno da seca e objetivados na imagem do nordestino, pobre, sedento de água e retirante.

Por fim, assim como Sá (1998) e Marková (2006) argumentam que nem todos os objetos são capazes de se tornarem alvo de representações sociais, insistimos com os dados que dispomos, que a transposição do rio São Francisco foi objeto de representação social. A grande quantidade de reportagens sobre o tema nos dois jornais, os arranjos que mostram como os elementos representacionais são ancorados e objetivados, os discursos da sociedade civil organizada, dos políticos e religiosos, por exemplo, são indicadores convincentes de que durante os anos 1999 a 2008 a transposição foi o assunto de interesse para os estados de Minas Gerais e Paraíba, e objeto de representações sociais.

9. REFERÊNCIAS

- Agência Senado, (2012). O que é o projeto de transposição do Rio São Francisco. Disponível em:<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/02/14/o-que-e-o-projeto-de-transposicao-do-rio-sao-francisco> Acesso em: 05 de janeiro de 2013.
- Allain, J.M. & Camargo, B. V. (2007). O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. *Psicologia: teoria e prática*, 9(2), 92-108.
- Allain, J.M., Nascimento-Schulze, C.M, & Camargo, B. C. (2009) As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros. *Estudos de Psicologia*. 14(1), 21-30.
- Aléssio, R. L.S., Apostolidis, T. & Santos, M. F. S. (2008). Entre o aborto e a pesquisa: O Embrião na Imprensa Brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 455-463.
- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão de representações sociais. *Comum*, (6)17, 111-125.
- Camargo, B.V. (2005). Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: Moreira, A.S.P., Camargo, B.V., Jesuino, J.C., Nóbrega, S.M. (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. Editora Universitária: UFPB.
- Carvalho, L. A. & Espíndula, D.H.P. (2014) Vozes da seca: representações da transposição do rio São Francisco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 66, p. 135-151, 2014.
- Castro, C.N. (2011). *Transposição do rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Rio de Janeiro.
- Cemig (2012). *Energia da gente: 50 anos de Três Marias*. Ano IX, N°91.
- Conti, M. A., Bertolin, M.N.T., & Peres, S.V. (2010). A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer? *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (4), 2095-2103.

- Corrêa, L.M.H., Gontijo, M.C.L., Assis, L.B., Carrieri, A.P., & Melo, M.C.O.L. (2007). Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. RAC, 11 (2).
- Couto, W.G.S. (2002). Imagens da adolescência feminina na revista Capricho. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. (2009) 100 Anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. Disponível em < <http://www.sei.ba.gov.br> > Acesso em: 13 de setembro de 2012.
- Duarte da Costa, J.J. A resistência à transposição do rio São Francisco na Paraíba: histórias de luta em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste. Sobre a transposição do rio São Francisco. Editora: Sal da Terra, Paraíba-PB, (p.35-43).
- Espíndula, D.H.P. (2010). Da ficção à realidade: estudos sobre formação e desenvolvimento das Representações Sociais da clonagem humana. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Ferreira, O.M.O. (1995). Representações sociais do suicídio na imprensa escrita. Dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Filho, J.A. (2010). Transposição de águas do rio São Francisco: Um atentado aos interesses nacionais. In: Quintiere, M.M.R. (org). Transposição do São Francisco. Curitiba: Juruá.
- Guareschi, P.A. (1981). Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2,Ed.
- Guareschi, P. A. & Lazzarotto, G.R (2001). Comunicação e controle social. Petrópolis, RJ: Vozes, 4,ed.
- Guareschi, P. A. (2003). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2,ed.

- Guareschi, P. A. (2010) Representações sociais, mídia e movimentos sociais. Representações sociais em movimento: Psicologia do ativismo político. In: Guareschi, P., Hernandez, A., Cárdenas, M. (Orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Goetez, E.R., Camargo, B.V., Bertoldo, R. B. & Justo, A.M.(2008) Representações social do corpo na mídia impressa. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 226-236.
- Henkes, S.L. (2013) Os riscos das decisões: um estudo de caso da transposição do rio São Francisco. *Revista NEJ – Eletrônica*. (18) 2, 269-288.
- Jaspas, R. & Nerlich, B. (2014). When climate science became climate politics: British media representations of climate change in 1988. *Public understanding of science*, 23 (2), 122-141.
- Jodelet, D. (2001) Representações sociais: Um domínio em expansão. Rio de Janeiro: UERJ.
- Kosminsky, L. & Zuffo, A. C. (2009). O Nordeste seco e a transposição do rio São Francisco. *Integração*, 15 (57), 167-175.
- Leitão, J.A., & Santos, M.S.T. (2012). Imagens jornalísticas e representações sociais: a imagem dos sertões. *Intercom – RBCC*, São Paulo, 35(1), 133-155.
- Marková, I. (2006) Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., Almeida, A.M.O. (2010). Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória, ES:GM.
- Meiron, J. (2009). *Trans Posição Francisco*. São Paulo: Annablume. Editorial, (2009).
- Moscovici, S. (2003). Representações sociais: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse son image et son public: Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse*. Paris. P.U.F.

- Moscovici, S. (2012). A psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, Maria das Graças (1998). Migrações Nordestinas para a Amazônia. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, 2 (12), 01-13.
- O'Connor, C. & Joffe, H. (2012). Media representations of early human development: Protecting, feeding and loving the developing brain. *Social Science & Medicine*, 97 (2013), 297-306.
- Ordaz, O. & Vala, J. (1997). Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise Social*, 32(4), 847-874.
- Pinto, L. P., Lima, T. H. & Lima, R. C. (2001). Produção científica da revista Psico-USF. *Psico-USF*, (16) 3, 383-390.
- Pomponet, A. S. (2009). 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Conjunto & Planejamento*, 162, 58-65.
- Quintiere, M.B.R. (2010). In: Quintiere, M.M.R. (Org). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a Região Nordeste*. Curitiba, PR: Juruá.
- Rebolças, A. C. (1997). Água na região Nordeste: desperdício e escassez. *Estudos Avançados*, 11 (29), 127-154.
- Rego, J. C., Galvão, C. O., Vieira, Z. M. C. L., Ribeiro, M. M. R., Albuquerque, J. P. T. & Souza, J.A. (2013). Atribuições e responsabilidades na gestão dos recursos hídricos – o caso do açude Epitácio Pessoa/Boqueirão no cariri paraibano. In: XX *Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*. Bento Gonçalves.
- Ribeiro, M. B. (2010). *Transposição – um projeto para reflexão*. In M. M. R. Quintiere (Org.), *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a Região Nordeste* (pp. 35-62). Curitiba: Juruá Editora.

- Sá, C. P. de (1998). A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: Ed.UERJ.
- Santos, M. F. S., Acioli Neto, M.L., & Sousa, Y.S.O (2012). Representações do Crack na imprensa pernambucana. *Estudos de Psicologia*, 29 (3), 379-386.
- Saraiva, E.R.A. & Coutinho, M. P. L. (2012). Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. *Psicologia em estudo*, (17), 2, 205-114.
- Saraiva, E.R.A. & Coutinho, M. P. L. (2012). A difusão da violência contra idosos: um olhar psicossocial. *Psicologia & Sociedade*, 24 (1), 112-121.
- Schwarcz, L.M. (1987). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silvia, A.B.S. & Camargo, B.V. (2004). A difusão científica da AIDS na mídia impressa. *Psico*, (35) 2, 169-176.
- Siqueira Filho, J. A. (2012). (capítulo 1). A flora das caatingas do Rio São Francisco: história natural e conservação. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio.
- Souza, L. & Menandro, P.R.M. (2007). Pesquisa documental em Psicologia: A máquina do tempo. *Lógicas Metodológicas: Trajetos de Pesquisa em Psicologia*. In: Rodrigues, M.M.P. & Menandro, P.R.M. (Orgs). Vitória:UFES – Programa de Pós-graduação em Psicologia. GM Gráfica Editora.
- Soares, A. B., Victoria, M. S. d., Cavalieri, A. M. A. P., & Bottino, A. G. (2006). A psicologia divulgada através de periódicos científicos indexados e através de revistas de grande circulação do Brasil: um estudo preliminar. *Psicologia para América Latina*, 0-0.
- Sossa, G.R.A. (2009). Las representaciones sociales de la violencia en las relaciones de pareja em la prensa de Medellín en el siglo XXI. *Revista Venezolana de estudios de la mujer*, 14 (32), 71-98.
- Suassuna, J. (2005). Potencialidades hídricas do Nordeste brasileiro. *Parcerias Estratégicas*, n. 20, 131-156.

- Sudo, N & Luz, M.T. (2007). O gordo em pauta: representações do ser gordo em revistas semanais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (4), 1033-1040.
- Yamamoto, O. H., Cavalcanti, C.S., Yamamoto, M.E., (1999). A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia e Reflexão*, 12 (2), p.0.
- Yamamoto, O. H., Menandro, P.R.M., Koller, S.H., LoBianco, A.C., Hutz, C.S., Bueno, J.L.O. & Guedes, M.C., (2002). Avaliação dos periódicos científicos brasileiros da área de psicologia. *Brasília*, (31) 2, 163-177.
- Rodrigues, M. M. P. (2000). "Quem tem mãe tem tudo": os pais e o desenvolvimento de crianças e jovens. In: H. A. Novo, & M. C. S. Menandro (Orgs.). *Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano* (pp.143-156). Vitória: PPGP/UFES CAPES/PROIN.
- Vasconcellos, K. M. (2013). A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

ANEXOS

ANEXO I

Tabela 01 sobre os Veículos e Empresas do Grupo Diário dos Associados

Veículos e Empresas do Grupo Diário dos Associados	
<i>Emissoras de TV.</i>	TV Brasília (Brasília – DF); TV Borborema (Campina Grande – PB); TV Clube João Pessoa (João Pessoa – PB); TV Alterosa, TV Tiradentes, TV Alrerosa Sul, TV Alterosa Zona da Mata, TV Centro-Oeste, TV Minas Sul (Minas Gerais – MG); TV Clube de Pernambuco (Recife-PE).
<i>Internet.</i>	Correioweb, Correio Braziliense On-line; Portal Uai, Estado de Minas On-line (Minas Gerais – MG); DN On-line (Natal-RN); Diáriodepernambuco.com.br, Pernambuco.com (Recife-PE); Jornaldocomercio.com (Rio de Janeiro – RJ); O Imparcial Online (São Luís – MA); Admite-se, D-Zai (Portais Nacionais)
<i>Jornais.</i>	Correio Braziliense, Aqui-DF (Brasília-DF); AQUI-CE (Fortaleza-CE); Estado de Minas, Aqui-BH (Minas Gerais-MG), Diário de Pernambuco, Aqui-PE (Recife-PE), Jornal do Comercio, Diário Mercantil (Rio de Janeiro – RJ), O Imparcial, Aqui-MA (São Luís – MA)
<i>Rádios.</i>	Rádio Clube FM de Brasília (Brasília-DF); Rádio Clube AM (Campina Grande – PB); Rádio Clube AM (Fortaleza – CE); Rádio Clube FM (João Pessoa – PB); Rádio Guarani FM, Rádio Guarani AM (Minas Gerais – MG); Rádio Clube FM, Rádio Clube AM de Natal (Natal – RN); Rádio Clube – AM, Rádio Clube FM (Recife-PE); Super Rádio Tupi – AM/FM, Nativa FM (Rio De Janeiro – RJ)
<i>Revistas.</i>	Revista Encontro (Brasília – DF); Revista Ragga, Revista Hit, Revista Encontro, Revista Aqui TV, (Minas gerais – MG); Revista Aqui TV (Recife – PE)

Fonte: www.diariosassociados.com.br

ANEXO II



Acessado em 01/04/2015 em:

http://www.mi.gov.br/image/image_gallery?uuid=5c9898c1-c8d1-4372-856f-d6daae78ed59&groupId=47109&t=1386791863943